

SEGUNDA PARTE : OLIGARCAS E PEÕES

I - A dominação imperialista e o progresso burguês

1. O Partido, desde o I Congresso, vem adotando o conceito de capitalismo monopolista dependente. Em oposição aos teóricos cepalinos, para quem a dependência representa uma determinação essencial e exclusiva para o atraso dos "países subdesenvolvidos", o conceito de capitalismo monopolista dependente se refere à formação social brasileira. Todavia, além desta diferença de objetos, torna-se oportuno apontar as falácias das teses fundamentais do estruturalismo econômico latino-americano.

2. No Brasil, a dependência não inviabilizou o progresso burguês. Evidências empíricas demonstram que a reprodução do capital vem se dando de maneira ampliada, o modo de produção capitalista se expandiu acentuadamente nas últimas décadas, o capitalismo atingiu o estágio monopolista e gerou um capital financeiro cujo papel na vida econômica mostra-se determinante. Não há como opor o desenvolvimento ao subdesenvolvimento. Impõe-se a crítica ao progresso burguês e a afirmação do socialismo.

3. A reprodução do capital não depende exclusivamente ou mesmo não se baseia mais na miséria absoluta e na subremuneração da força de trabalho. É verdade que existem bolsões de miséria ligados às relações não-capitalistas no campo, a um enorme exercito industrial de reserva, a extração de mais-valia absoluta e a intensa ação coercitiva do Estado. Porém, o que determina a baixa relativa dos salários é o aumento tendencial da taxa de composição orgânica do capital. Este fenômeno é compatível com o desenvolvimento do capitalismo desde os seus primórdios, em que a subordinação meramente formal do trabalho ao capital é paulatinamente substituída pela subordinação real. Mais ainda, e uma exigência do capitalismo contemporâneo, em que a extração de mais-valia relativa predomina cada vez mais sobre a mais-valia absoluta.

4. O fim da burguesia nacional enquanto fração de classe com um projeto próprio foi o dobre de finados do reformismo burguês travestido de esquerda, que sempre apostou no caráter nacional e democrático da revolução brasileira. Mas os burgueses brasileiros não foram simplesmente riscados do mapa político-social. Já como burguesia financeira associada, compõem o "tripé" do desenvolvimento do capitalismo, ao lado do capital financeiro internacional e do capital financeiro de Estado.

5. A penetração do capital financeiro internacional, mesmo referenciada nas doses maciças do "milagre econômico", de maneira alguma conduziu o Estado nacional a uma política subimperialista, o que pressuporia um grau acentuado de autonomia. O desenvolvimento do capitalismo no estágio imperialista leva a uma economia cosmopolita e mundial, com laços cada vez mais internacionalizados. Em consequência, são reduzidos os espaços econômicos, políticos, diplomáticos e hegemônicos das burguesias nativas e dos Estados Nacionais dos países dependentes. Suas funções externas são limitadas. Subordinam-se ao condomínio burguês-monopolista sob hegemonia imperialista.

6. Não se sustenta teórica e empiricamente a suposta encruzilhada fatal representada pela antinomia regimes militares ou socialismo, como decorrência mecânica da estrutura econômica dos países dependentes. As alternativas burguesas-liberais, ainda que marcadamente conservadoras, vêm se revelando uma possibilidade e até mesmo uma realidade concreta nas "transições democráticas" latino-americanas, como ilustra o caso brasileiro. Esquecer ou desconsiderar tais alternativas equivale a desarmar o proletariado em disputas decisivas e entregá-lo sobre uma bandeja de prata a uma forma particular da hegemonia burguesa, de ante mão descartada frente a um processo supostamente natural e inevitável de polarização que a tornaria impossível.

7. Tais teses já foram objeto de ressalvas no interior da própria

teoria da dependência. Contudo, há um limite preciso para o alcance deste movimento timidamente autocrítico. Trata-se de pretender explicar a relação de dependência pela esfera da circulação, ao fim e ao cabo considerada como determinante. A teoria da dependência enxerga a exploração e submissão dos "países subdesenvolvidos" através da deterioração das relações de troca de matérias-primas por bens manufaturados, da espoliação usurária, das distorções provocadas pelo fluxo tecnológico e do desequilíbrio da balança de pagamentos. Tudo isto comporia um quadro de subordinação econômica que se traduziria mecanicamente em dominação política, cultural e militar, convergindo para o bloqueio incontornável ao desenvolvimento capitalista. Semelhante crítica ao imperialismo não é apenas limitada e incompleta, embora também o seja. Exprime as concepções de uma corrente que se fez ideóloga do projeto de um capitalismo autônomo cujo desenvolvimento aparece como a utopia maior. Não realiza a crítica à economia burguesa mas a uma de suas variantes, e foi por esta via que seus componentes se fizeram heróis da pequena burguesia na luta contra o monetarismo enquanto teoria econômica pro-imperialista por excelência. Na ausência de uma crítica teórica de fundo ao capitalismo, de uma postura ideológica anti-burguesa, alguns dos principais expoentes dessa corrente acabaram se ligando à burguesia associada, adaptando-se a própria realidade da dominação imperialista e se transformando em quadros destacados do Estado burguês.

8. A tragédia dos teóricos da dependência encerra uma dupla lição para os marxistas brasileiros. De um lado, evidencia o vácuo deixado pelo movimento comunista, que nunca foi capaz de produzir uma crítica viva e suficientemente profunda ao capitalismo e a economia burguesa no Brasil. Eis a principal determinação subjetiva da hegemonia do pensamento nacional-reformista nos meios intelectuais de esquerda. Na sua juventude, os teóricos da dependência conseguiram aparecer como uma alternativa ao pensamento burguês dominante para mais tarde, na sua fase senil, assumirem o lugar deste mesmo pensamento e praticar, desde o Estado burguês, uma farsa anti-popular. De outro lado, comprova a necessidade, já frisada por Marx, de estabelecer "a verdadeira ciência da economia política", que "começa onde o estudo teórico se desloca do processo de circulação para o processo de produção".

9. A produção burguesa é sempre produção de mais-valia. A ontologia da espoliação imperialista só pode residir nas formas especificamente dependentes utilizadas pelo capital financeiro internacional para se apossar da mais-valia produzida pelo proletariado brasileiro. Trata-se do sobre-trabalho extraído diretamente pelas indústrias imperialistas aqui implantadas, em parte remetido ao exterior na categoria de lucros legalmente constituídos e reconhecidos pela ordem burguesa. Da drenagem de uma alíquota do valor originário do processo produtivo não-monopolista. Da combinação de elevadas taxas de mais-valia relativa com a extração de mais-valia absoluta. Da vanguarda na imposição do preço de monopólio. Da atração privilegiada de toda sorte de benefícios estatais. Da capacidade de reter, pela esfera da circulação, uma parte de valor criado na produção simples de mercadoria. Do comércio desigual, do saque usurário e do aluguel de patentes enquanto meios adicionais de transferência de mais-valia na forma de capital-dinheiro. É todo um elenco de condutos capilares por onde flui o trabalho produtivo não pago.

10. O conjunto deste mecanismo especificamente capitalista escapou aos teóricos da dependência e a todos os reformistas que neles se inspiraram. Não se trata de um detalhe cuja simples lembrança pudesse resgatar toda uma doutrina, mas do núcleo da questão. Ao ignorá-lo, ao fazer vista grossa para a natureza burguesa do imperialismo enquanto fase superior do capitalismo, ao pretender que o imperialismo seja uma "coisa" meramente externa ao país e não uma relação social também interna, os teóricos da dependência revelam sua condição de críticos burgueses aos descaminhos do capitalismo nacional. No presente, temperados pelo "realismo", vivendo sua vocação ideológica amadurecida, fazem

carreira ao assessorar políticos burgueses e administrar a convivência com o imperialismo. A isto chamam promover mudanças.

II - Os monopólios e o Estado

1. Vários elementos do sistema de exploração imperialista são utilizados pelos monopólios privados e estatais. O condomínio monopolista, e não apenas as empresas imperialistas, constitui-se no elemento dinâmico da reprodução do capital enquanto principal fonte de exploração do trabalho e polo concentrador e centralizador da mais-valia produzida em toda a sociedade. Em 1980, as 500 maiores empresas privadas e as 50 maiores estatais eram responsáveis por 43,1% das vendas de bens industrializados realizadas no país e nada menos que 43,6% dos lucros. Este condomínio deu origem a um processo de união dos monopólios com o aparato estatal burguês que resultou na constituição de um mecanismo único para realizar a dominação a nível da exploração, da coerção e da hegemonia. Trata-se do capitalismo monopolista de Estado.

2. No Brasil, o capitalismo monopolista de Estado se originou sob a hegemonia incontestada do capital financeiro internacional, tendo portanto um caráter dependente. Em 1980, as 6 maiores empresas eram imperialistas. O capital de origem estrangeira predominava amplamente, com participação nas vendas acima de 48% nas 20 maiores empresas dos setores de máquinas e equipamentos, eletroeletrônica, autopeças, têxtil, materiais de transporte, bebidas e fumo, higiene e limpeza, plásticos e borracha, materiais de escritório, distribuição de petróleo, farmacêutico e automobilístico, neste último com 99,3%. Além disso, predominavam sobre as empresas nacionais privadas no setor de química e petroquímica. Entre as 500 maiores empresas, as imperialistas participaram com 32,5% das vendas, que subiam a 36,5% entre as 25 maiores. Se considerarmos a estreita conexão, em todos os níveis, do capital financeiro internacional com as empresas nacionais privadas e estatais, fato que as estatísticas oficiais obscurecem, a presença imperialista será por certo detectada mais fortemente. Sem falar na dependência do capitalismo brasileiro em relação aos créditos, tecnologia e divisão imperialista de trabalho. Estes traços determinam que o Estado burguês no Brasil não seja um aparato de reação e hegemonia externa de natureza subimperialista, nem mesmo de âmbito regional. Ao contrário, busca se especializar na ação interna, o que bem se expressa pela doutrina da "segurança nacional".

3. A ingerência ativa do Estado na economia, na política, na cultura e nas instituições privadas de hegemonia é imprescindível para garantir a reprodução ampliada do capitalismo, os altos lucros monopolistas e a ordem burguesa. Fundindo-se aos monopólios, o Estado concentrou imensos recursos econômicos, multiplicou os órgãos de gestão da economia, criou uma vasta infraestrutura para o capital operar e controlou em suas mãos uma enorme influência sobre as instituições privadas de hegemonia. Tal poderio é utilizado para defender os interesses coletivos da burguesia sob o ângulo particular dos monopólios. Por seu turno, os monopólios se apoiam na ampliação do poderio do Estado para aumentar sua própria influência. Representantes dos grandes conglomerados e entidades sob o controle monopolista passam a participar diretamente dos órgãos governamentais mais importantes, como o Conselho Monetário Nacional e os ministérios, enquanto outros constituem "lobbies" na esfera político-institucional. Ao mesmo tempo, altos funcionários do Estado, gerais e políticos influentes se integram à cúpula dirigente dos monopólios privados e estatais na condição de conselheiros, diretores ou consultores. Os monopólios privados, inclusive do setor das comunicações de massa, se entrelaçam com os monopólios estatais, particularmente ao Banco Central, Banco do Brasil, bancos de desenvolvimento e bancos estaduais. Este complexo constitui o mecanismo único de dominação do capitalismo monopolista de Estado.

4. O capitalismo monopolista dependente e de Estado é fundamentalmente a fusão do poderio dos monopólios com o aparato estatal burguês, sob a direção do imperialismo, para constituir o mecanismo único capaz de assegurar a dominação burguesa monopolista. Esta garantia se traduz no planejamento estatal da economia, reprodução dos lucros monopolistas, manutenção da dependência nacional, defesa da ordem burguesa, combate ao movimento operário e popular, criação do consenso interno, integração dos "objetivos nacionais permanentes" a estratégia mundial do imperialismo, no quadro mais geral da luta político-ideológica contra a alternativa socialista e pela eternização do capitalismo.

5. A base do surgimento e desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado foi o aguçamento da contradição fundamental do capitalismo, entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação dos frutos do trabalho. A penetração do capital financeiro desde o início do século, o surgimento e ampliação do capital estatal e a constituição do setor monopolista nacional privado a partir dos anos 50, representaram o salto de qualidade para um nível superior de socialização do ciclo produtivo através da introdução de elementos avançados da revolução técnico-científica, que por sua vez impulsionaram o aumento da produção e a reprodução da massa de capitais investidos. Para garantir o processo de concentração e centralização de capitais e a fusão dos monopólios com os órgãos de poder nas condições concretas da luta de classes no Brasil, os monopólios capitalistas encabeçaram um bloco de ultra-direita, baseado nas Forças Armadas, para esmagar o movimento popular por "reformas de base", alijando o poder os setores reformistas da burguesia, suprimir a república populista e implantar um regime de reação aberta. O regime militar foi a via de constituição do capitalismo monopolista de Estado no Brasil. A ilusão no "capitalismo nacional autônomo" em contraposição ao "imperialismo externo" perdeu a sintonia com o real. Começou a ficar muito claro que o saque imperialista é essencialmente extração de mais-valia. Que o imperialismo, ao contrário do que apregoa o modelo cepalino, precisa investir capitais, instalar-se internamente enquanto relação social capitalista, beneficiar-se do "handicap" monopolista do lucro máximo, extrair mais-valia relativa. Que o Estado nacional, ao contrário de centro promotor do "pré-capitalismo", "subdesenvolvimento", "atraso semi-colonial", fundiu-se aos interesses do condomínio monopolista. Que a distância relativa entre o capitalismo monopolista dependente e as metrópoles imperialistas, sem dúvida grande e crescente, não supera a distância absoluta que separa a modernidade burguesa do passado colonial e mesmo do Brasil oitocentista.

6. Ao contrário do que pode sensibilizar os partidários do "capitalismo nacional autônomo", a barbarie imperialista consiste na miséria das massas, a face perversa da opulência e desenvolvimento burgueses. No aumento da taxa de exploração, a sombra política, ideológica e ética que se sobrepõe ao brilho da revolução técnica e científica. Na concentração e centralização de capitais e na fusão dos monopólios com os órgãos de poder, que a todo momento desmentem a demagogia livre-concorrencial. Na opressão política, sempre a desnudar a falácia do discurso liberal. Na dependência nacional, não pelo que representa para os burgueses brasileiros, a impossibilidade da "reserva de mercado" na exploração do proletariado e o chauvinismo frustrado de grande potência, mas pelo que representa para as massas populares exploradas desumanamente pela Santa Aliança da burguesia transnacional, submetidas à "guerra interna" como inimigo dentro de seu próprio país, esmagadas nos seus valores culturais, bombardeadas cotidianamente pelos instrumentos de hegemonia, sem a soberania para decidir seus destinos e os do país.

7. A fusão do capitalismo monopolista dependente com o Estado burguês no Brasil adquiriu quatro formas básicas. A primeira é a interferência direta do Estado na economia. De um lado, o Estado garante aos monopólios privados as facilidades para recomeçarem o ciclo produtivo, através de créditos, infraestrutura e abastecimento de matéria-prima.

De outro, torna-se o maior empresário do país, concentrando grande parte dos meios de produção e das riquezas nacionais. Das 50 maiores indústrias existentes no país, 20 são de propriedade estatal. Em 1980, das 337 maiores empresas por vendas operando no país, 50 eram estatais, isto é, 14,83%. Estas 50 empresas estatais venderam 43,69% do que venderam as 500 maiores empresas privadas, incluindo as imperialistas. Entre as 500 maiores empresas, as estatais participaram com 31,6% das vendas. Entre as 25 maiores, esta participação sobe a 59,3%. Considerando os 50 maiores bancos, inclusive os estrangeiros, os estatais participaram com 66,8% dos empréstimos e 67,5% dos lucros.

8. A segunda forma é a intervenção do Estado na esfera da distribuição, da troca e do consumo. Programa as empresas cujos capitais lhe pertencem. Redistribui a renda nacional através dos impostos, serviços, orçamento, planejamento, políticas monetária e cambial, instrumentos creditícios, e da regulamentação dos preços, inclusive os salários. Estimula ou inibe o mercado, setorial ou globalmente. Assegura um mercado privilegiado para os monopólios através do amplo consumo de seus produtos e serviços.

9. A terceira forma é o estreitamento das relações do Estado com o imperialismo. Sustenta e apoia a expansão dos monopólios dentro do país, bem como a entrada de novos investimentos do capital financeiro internacional. Cultiva a dependência aos centros financeiros internacionais, aos quais se associa em toda sorte de alianças e acordos, tendo em vista a integração do capitalismo em âmbito mundial e a realização da estratégia imperialista.

10. A quarta forma é o funcionamento do Estado como instrumento de dominação dos monopólios. Elabora os diplomas legais que lhes servem os interesses imediatos e duradouros. Pratica a coerção com base no princípio da "segurança interna" para manter a ordem burguesa e utiliza este mesmo princípio para justificar ideologicamente a existência de instrumentos especiais de espionagem e repressão às massas, em particular para precaver-se contra a revolução socialista. Trabalha para assegurar o consenso com base na padronização da educação e da cultura e na formação de um sistema nacional de comunicação composto de suas próprias instituições e dos canais de TV, emissoras de rádio e grandes jornais.

11. A forma orgânica principal do mecanismo único de dominação é a união pessoal dos representantes dos monopólios com os políticos burgueses, a camada superior da burocracia estatal, a cúpula das Forças Armadas e as sucessivas equipes governamentais.

III - A oligarquia financeira e a propriedade burguesa

1. A concentração e centralização de capitais, pressuposto do surgimento e desenvolvimento do condomínio monopolista associado e dependente, exigiu grandes recursos creditícios a longo prazo que em muito ultrapassavam as possibilidades e o horizonte empresarial dos pequenos bancos. Surgiu assim a base material não só para a espiral crescente de endividamento externo mas também para a fusão dos pequenos bancos, a centralização de seus capitais e a criação ou agigantamento dos bancos estatais, dando origem aos monopólios bancários e à sua dominação exclusiva na esfera da circulação monetário-creditícia. Em 1980, os 5 maiores bancos já participavam de 60,2% dos empréstimos realizados pelos 50 maiores, sendo que apenas um deles, o Banco do Brasil, participava de 41,9%. Os grandes bancos estatais e privados formaram um sistema oligopolizado sob a interferência do Banco Central, sistema que controla absolutamente o setor creditício e se apropria de uma parcela enorme da mais-valia produzida em escala social através de um lucro tipicamente monopolista. Em 1981, os 50 maiores bancos foram responsáveis por 26,9% dos lucros obtidos pelo universo formado por eles e as

50 maiores empresas dos ramos estatal, nacional privado e imperialista.

2. O surgimento do sistema oligopolista bancário mudou acentuadamente as relações entre os bancos, os monopólios industriais e o Estado. Os bancos, em sua função tradicional, sempre mediaram o crédito, os pagamentos, a transformação da moeda e recursos disponíveis em capital industrial e a criação dos instrumentos creditícios necessários a circulação. Na sua nova função, concentraram e dominaram a massa fundamental dos recursos monetários disponíveis no país. Quando esta realidade se configurou, os monopólios industriais trataram de criar empresas de crédito. Fortalecer suas relações com os grandes bancos, comprando suas ações, controlando postos importantes em suas diretorias e influenciando na nomeação de homens "confiáveis" para a direção dos bancos estatais. Penetrar profundamente na esfera do crédito, que lhes era estranha e externa, nela investindo parte de seus capitais. Participar da elaboração da política dos grandes bancos privados e estatais. Por sua vez, o capital bancário hiperconcentrado penetrou nos monopólios industriais e comerciais, inclusive agrários. Se para os monopólios industriais tornou-se decisivo influir na política bancária, para os grandes bancos tornou-se igualmente decisivo garantir a apropriação de uma parte elevada da mais-valia centralizada pelos monopólios e proteger-se contra eventuais perdas através da influência direta na política dos monopólios industriais. Assim, compraram-lhes ações e tornaram-se co-proprietários dos meios de produção, o que lhes permite participar diretamente nas suas cúpulas dirigentes. Formam empresas especializadas no mercado financeiro, onde compram, emitem e vendem ações, compatibilizando uma forma adicional de lucro com a captação ampla de capital-dinheiro. Participam na constituição de novas corporações industriais. Assim, os interesses dos magnatas dos bancos e das indústrias encontram-se entre laçados. Suas eventuais divergências e querelas, por mais altissonantes que possam se manifestar, sempre encontram um ponto de arreglo sob a batuta do capital financeiro, a cujos interesses foram inteiramente submetidas as atividades econômicas privadas e públicas.

3. Em substituição ao conceito vulgar de capital financeiro, ainda hoje utilizado como sinônimo de capital bancário, o conceito leninista expressa o conjunto formado pelo capital monopolista industrial, inclusive agrário, e comercial fundido ao capital monopolista bancário. Demarca, pois, com uma sobrevivência teórica do período pré-monopolista, em que uma das formas do capital operava apenas na esfera do crédito. Esta sobrevivência representa uma apreensão metafísica das várias formas de capital, compartimentando-as, e se nutre da ilusão pequeno-burguesa da independência de sua produção industrial, seus negócios familiares e seu ambiente corporativo. O capital financeiro elimina a velha existência isolada do capital industrial na esfera da produção, do capital comercial na esfera da troca e do capital usurário na esfera do crédito. Representa, pois, uma unidade superior e qualitativamente distinta do movimento das três formas principais de capital que existiam de maneira autônoma no período da livre concorrência e até hoje sobrevivem nas franjas do capitalismo. O conceito de capital financeiro como sinônimo de capital bancário, tal como é utilizado pela economia burguesa, é a base teórica para a posição oportunista de que seria possível acabar com a dominação do capital financeiro, ou mais modestamente com a "orgia financeira", conservando a propriedade capitalista dos monopólios sobre os modos de produção.

4. Nos países imperialistas, o surgimento do capital financeiro e sua fusão com o Estado burguês seguiu um processo padronizado por etapas claramente distintas, basicamente endógeno e com forte dose de espontaneidade: concentração e centralização do capital industrial, aparecimento dos monopólios, fusão das três formas fundamentais do capital em um movimento único e superior, e aparecimento do capitalismo monopolista de Estado. No Brasil, o capitalismo se desenvolveu sob a dominação imperialista, o que lhe valeu a característica dependente e pro-

vocou a interpenetração de etapas no fenômeno complexo e precoce de um capitalismo que surge dependente, de uma dependência que logo adquire traços monopolistas, de um condomínio monopolista que se constitui sob o comando da oligarquia financeira internacional, de um capital financeiro que surge em vinculação íntima com o Estado burguês e sob a dominância do político. Pode-se afirmar que, pela origem, natureza e desenvolvimento, o capitalismo monopolista dependente no Brasil é financeiro e de Estado. A formação do capitalismo no país prega a derradeira peça naqueles que o pretendem enquadrar nos modelos pre-estabelecidos de uma histórica regida por leis de bronze.

5. O capital financeiro se concentra nas mãos de um pequeno grupo de burgueses brasileiros e estrangeiros que exerce o controle sobre todos os setores da economia. Esta oligarquia tem um peso determinante nos rumos políticos do país, controla as principais instituições de hegemonia, concentra em suas mãos a maior parte da mais-valia e transforma as demais frações capitalistas em suas tributárias. A fonte deste poder tem como forma orgânica o grupo monopolista financeiro, que reúne o conjunto das empresas industriais, bancárias, financeiras, seguradoras, transportadoras, comerciais, de serviços, agrárias e outras, sob o comando de um ou vários magnatas articulados entre si. No centro deste grupo se encontra a empresa principal. Pode ser um banco, como o Bradesco, um truste industrial, como a Votorantim e a General Motors, uma cadeia de supermercados, como o Pão de Açúcar, uma sociedade de seguros, como a Atlântica, uma empresa estatal, como a Petrobrás, ou uma "holding company", como a Citicorp.

6. A empresa principal projeta toda uma teia de influência e controle sobre as demais componentes do grupo e mesmo fora de suas fronteiras. A grande maioria delas não é, como nos primórdios do capitalismo, propriedade privada do pequeno rol de magnatas que a comanda. O poder desses homens se baseia no controle acionário. A propriedade jurídico-formal se dissocia da propriedade econômico-real, compondo uma característica do capitalismo contemporâneo. Em 1980, 83,6% das empresas operando no país eram sociedades anônimas. Se as estatísticas oficiais fossem recicladas tendo em vista considerar os grupos monopolistas financeiros, por certo a concentração e centralização de capitais apareceriam em níveis mais elevados. A grande disseminação de ações entre a multidão de pequenos investidores cumpre a dupla finalidade de captar capital-dinheiro e garantir o comando para o magnata ou grupo de magnatas que detêm uma percentagem mínima de ações, 20 e até mesmo 10% da empresa principal. Esta, por sua vez, controla as ações das filiais e outras empresas "ad infinitum". A sociedade anônima é, portanto, a forma de organização da propriedade burguesa que melhor permite o funcionamento do sistema de participações e a união pessoal indispensáveis. O mecanismo de dominação da oligarquia financeira e a obtenção, além da mais-valia direta e do lucro de monopólio, de taxas suplementares de lucro na forma de dividendos, de grandes soldos pagos a diretores, bonificações, gratificações, cobertura de gastos pessoais, dentre outros. A dominação da oligarquia financeira se completa quando, dando sequência à união pessoal dos bancos com a indústria e o comércio, realiza a sua união pessoal com os partidos burgueses, os órgãos permanentes de poder, as equipes governamentais e a cúpula das Forças Armadas, guardando estreita relação com o sistema de medidas monopolistas de Estado.

IV - O capitalismo brasileiro na divisão imperialista de trabalho

1. O conceito de burguesia nacional revelou-se ^{financeira} teórica e politicamente inconsistente. Com muito mais razão, a oligarquia ^{financeira} nativa não é uma fração de classe autônoma perante o capital financeiro imperialista. Se os grandes monopólios europeus e japoneses apresentam interesses comuns ao capital financeiro norte-americano, como levar a sério o "patriotismo" dos magnatas brasileiros, que sequer defendem a indepen-

dência de seus próprios negócios? O capitalismo monopolista de Estado, por determinação do caráter associado e financeiro da fração superior da burguesia nativa, é uma peça do sistema imperialista mundial.

2. Nos anos 50, os embriões da oligarquia financeira brasileira surgem intimamente interligados à penetração do capital financeiro internacional, que participava no "boom" desenvolvimentista, e ao período áureo da expansão mundial do imperialismo norte-americano. Mais tarde, sob o "milagre econômico" de 68 a 73, a concentração e centralização de capitais e a constituição do parque financeiro nacional acompanham outra grande injeção financeira de origem norte-americana. A oligarquia financeira nativa é de natureza associada pela formação social dependente no interior da qual se constituiu, pela origem, conformação histórica e contemporaneidade relacionados com os fluxos financeiros imperialistas, pela intimidade com o capital financeiro internacional gerada no convívio e entendimento na utilização do mercado interno, na fusão de capitais e na esfera da luta de classes.

3. Poder-se-ia pensar que o processo de acumulação monopolista posterior à II Guerra Mundial, cujas ligações com a avalanche de capitais privados e a constituição de uma burguesia financeira associada, no Brasil são evidentes, resgata o "capitalismo de mercado" frente à tendência ao capitalismo de Estado. No quadro mundial em que a luta contra a baixa tendencial da taxa de lucro se traduziu na exportação maciça de capitais e constituição de empresas transnacionais, com a implantação fora dos centros imperialistas de um grande número de filiais dos grupos monopolistas financeiros, o processo de internacionalização assumiu a forma ideológica da apologia de um capitalismo privado redutivo contra a intervenção "abusiva" do Estado. Trata-se de uma ilusão, a qual se agrega boa dose de hipocrisia. Quando os ideólogos do capitalismo privado atacam a intervenção do Estado na economia, não raro denunciando este "bolchevismo" singular, não o fazem por amor ao finado capitalismo concorrencial, mas para que o Estado defenda os interesses dos grupos monopolistas financeiros privados. Em primeiro lugar, contra o Estado empresário, que lhes faz concorrência. Em segundo lugar, desde o ângulo de visão imperialista, contra a relativa autonomia do Estado no interior da dependência e frente à "sociedade civil", muitas vezes se alinhando a certos grupos monopolistas financeiros nacionais e imperialistas contra outros e mesmo fazendo valer os interesses coletivos da burguesia como classe em momentos cruciais para a reprodução ampliada do capital ou para enfrentar os percalços da luta de classes. Na verdade, a expansão mundial dos grupos monopolistas financeiros nacionais se apoiou e continua se apoiando nas diversas formas de intervenção pública do Estado banqueiro, legislador, reorganizador da produção, criador de infra-estrutura e controlador de preços, bem como nos aspectos previdenciários, político-ideológicos e militares da gestão estatal das relações de classe. O caso brasileiro é típico.

4. O Brasil preencheu as condições básicas para passar de um país dependente como tantos outros a um cenário privilegiado do processo de internacionalização do capital. Havia a possibilidade de mobilizar o excedente de matérias-primas minerais necessárias aos centros imperialistas e submetê-lo ao controle e acumulação capitalistas. Para realizá-la, o Estado nacional reprimiu os anseios nacionais existentes na "sociedade civil" e alijou do governo os setores da burguesia a eles sensíveis. Havia também mão-de-obra barata e abundante, capaz de constituir um poderoso exército industrial de reserva. Para tanto, foi reprimido o movimento operário, mantido e aprofundado o atrelamento dos sindicatos ao Estado, praticada uma política de arrocho salarial e eliminada a estabilidade no emprego. Havia ainda a necessidade de criar um excedente agrícola e direcioná-lo para o mercado externo, de forma a transferir para os grandes bancos uma alíquota da mais-valia produzida no campo, como pagamento da dívida externa. A contrapartida desta polí-

tica agrícola, que exigiu a "modernização" capitalista do latifúndio, foi a agressão constante aos camponeses pobres. Havia, finalmente, a exigência de um mercado interno cativo e forte, no caso do Brasil garantido pela população numerosa, uma grande pequena burguesia e uma camada superior do proletariado com capacidade de consumo. Foi preciso acelerar a dissolução das relações não-capitalistas no campo e na cidade, estimular o consumo e ultrapassar a tradição de acumular capitais com prioridade para a extração de mais-valia absoluta. Enfim, coroando estas condições, havia o imperativo de garantir a dependência, a estabilidade política e a "ordem interna" através de uma aliança burguesa-latifundiária sob a hegemonia da oligarquia financeira, de tal forma que fosse assegurada a inserção tácita do país na estratégia geo-política e militar do imperialismo. Tal foi o "leitmotiv" do golpe militar de 64. A aliança de classes que o sustentou e o aprofundou pela via do terrorismo de Estado foi direcionada contra o proletariado, o campesinato e as camadas inferiores da pequena burguesia urbana, além de sepultar as pretensões nacional-reformistas.

5. Na divisão imperialista de trabalho, o Brasil afirmou-se como um país dependente, no qual se formou um capitalismo monopolista financeiro de Estado sob a hegemonia do capital financeiro internacional, que realizou dentro do sistema imperialista a possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas enquanto ponta de lança do imperialismo. A presença imperialista imprimiu uma via própria ao desenvolvimento do capitalismo, com a formação de uma oligarquia financeira associada e o desenvolvimento da própria dependência. Antes de criar miséria absoluta, reproduziu a miséria relativa. Subordinou as enormes riquezas geradas aos desígnios do imperialismo. Da mesma forma que o capital transnacional não eliminou a sua origem e base nacional, apoiando-se no próprio Estado imperialista para se espalhar mundialmente, o desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro não eliminou o papel do Estado nacional e muito menos a nação, antes colocou o primeiro a serviço dos grupos monopolistas financeiros aqui presentes e ajustou os "objetivos nacionais permanentes" à estratégia imperialista. Assim o país ingressou na modernidade "ocidental" a nível das forças produtivas, relações de produção, da organização do Estado, política, cultura e formas de hegemonia. Nestas condições, a dependência é operacionalizada através da reprodução do capital financeiro cuja expressão consciente é a intervenção política do Estado e o exercício da hegemonia no interior do país por parte da oligarquia financeira associada, através do mecanismo único. Os interesses próprios desta fração da burguesia exigem a renúncia à soberania nacional e a integração à estratégia mundial do imperialismo, o que significa dotar o país de características avançadas e transformá-lo em parceiro do imperialismo. Eis o "Brasil Grande" proclamado no governo Médici entre gemidos de tortura e até hoje perseguido pela Nova República.

6. A interiorização do capital financeiro, manifestação nacional da internacionalização capitalista, desempenhou um papel destacado no aumento da taxa de lucro dos grupos transnacionais. Permitiu-lhes o benefício das vantagens comparativas a nível da produção, distribuição, troca, crédito, bem como na política. Tendo por base tais vantagens, acelerou a velocidade de circulação de seus capitais. Ofereceu-lhes a ajuda do Estado nacional, somando-a ao papel já desempenhado pelos Estados imperialistas de origem. Ampliou-lhes notavelmente o mercado de capitais e bens. Significou mais um passo na superação das fronteiras econômicas nacionais, permitindo-lhes superar controles fiscais, financeiros e políticos numa zona estratégica para a economia mundial, através de simples transferências contábeis no interior dos grupos transnacionais e de uma política inspirada no cosmopolitismo burguês.

7. Articuladamente com a periodização do imperialismo a nível mundial, podemos sintetizar os grandes traços de sua presença no Brasil. Desde a década de 50, a exportação de capital financeiro vem predomi-

nando cada vez mais sobre a exportação de mercadorias manufaturadas com base no comércio desigual. O imperialismo estabeleceu sua dominância direta no interior do país, determinando um desenvolvimento dependente do capitalismo e aniquilando ou reduzindo a guetos as relações não-capitalistas. A ontologia da dependência reside na reprodução ampliada do capital monopolista financeiro no interior da economia nacional com base na associação com o grande capital brasileiro privado e estatal. A fusão dos interesses deste condomínio com os órgãos de Estado criou um mecanismo único de dominação indispensável à reprodução das condições políticas e ideológicas que hoje prevalecem no desenvolvimento do imperialismo. E, finalmente, o Estado burguês formulou como objetivo nacional permanente a conquista da condição de parceiro e ponta de lança do imperialismo no quadro de sua estratégia mundial.

V - O Estado nacional e as contradições interimperialistas

1. A dependência do país não pode ser explicada pelo modelo kautiskiano, como se o capital financeiro assumisse uma forma ultraimperialista que eliminasse as contradições interimperialistas. Mas também não é o teatro de uma guerra interimperialista sem quartel, como aconteceu no início do século, resultando nas duas grandes guerras mundiais. O mecanismo único de dominação é atravessado pelas contradições interimperialistas, que não se extinguíram. Todavia, tais contradições assumiram a forma de disputas entre grupos de interesses cosmopolitas frequentemente interligados. Se a internacionalização do capital não suprimiu nem passou ao largo dos Estados nacionais, que prosseguem sendo uma realidade concreta, se estes Estados não se extinguíram sob o "superestado" norte-americano, se o processo de internacionalização do capital sempre ocorre sob o predomínio do capital financeiro de um país determinado, se isso tudo é verdade, também é verdade que a internacionalização do capital afetou profundamente a política, a ideologia e as formas de intervenção dos Estados nacionais. De um lado, os Estados imperialistas, que já não são aparatos de uma burguesia isolada, completamente autônoma, assumem os interesses dos grupos monopolistas financeiros dominantes em seu interior na sua atividade imperialista e cosmopolita. De outro, o Estado burguês no Brasil, que não é um Estado semi-colonial ou mero agente do imperialismo, potencializa e multiplica o poderio dos grupos monopolistas financeiros predominantes no condomínio interior na perspectiva de promover, segundo a perspectiva e interesses destes grupos, seus "objetivos nacionais permanentes".

2. O Estado norte-americano, de longe o maior aparato organizado pela burguesia ocidental, promove o predomínio do capital financeiro norte-americano no processo de internacionalização do capital, com destaque para o Brasil, cenário privilegiado de sua estratégia. Este empenho, que assume formas econômicas, político-ideológicas, diplomáticas e militares, encontra ressonância na tradição "entreguista" e associada da burguesia brasileira nos marcos da santa cruzada em defesa da civilização ocidental-cristã balizada no famoso discurso proferido por Trumam em 47, cruamente traduzido na frase de Juracy Magalhaes: "O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil". Ao esforço do Heracles imperialista soma-se o mecanismo único de dominação no interior, marcado pelo predomínio do capital financeiro de origem norte-americana. Em 1980, das 500 maiores empresas privadas que operam no país, 67 eram de origem norte-americana, enquanto 92 eram de todas as demais origens. A participação das primeiras nas vendas efetivadas pelas 500 maiores era de 20%, enquanto a das segundas era de apenas 26,5%. As empresas que mais perto chegaram das norte-americanas eram as de origem alemã, com a modesta participação de 7,2%. Este predomínio é reforçado pela enorme concentração dos capitais norte-americanos. Em 1981, se considerarmos as 10 maiores empresas imperialistas de cada origem nacional, a renda operacional bruta das norte-americanas, que foi de 585,12

bilhões de cruzeiros, chegou a 165,13% das inglesas, 210% das alemãs, 240,8% das holandesas, 606,15% das suíças e a 998,15% das japonesas. No condomínio monopolista financeiro, predominam os interesses estratégicos do capital financeiro internacional sob hegemonia norte-americana.

3. A hegemonia do imperialismo norte-americano não é fruto exclusivo do poderio de seu Estado de origem e da sua presença no interior da formação social brasileira, mas tem como componente essencial o seu lugar proeminente no processo de internacionalização do capital. Este processo está marcado pela ação do mecanismo único da oligarquia financeira norte-americana no estágio em que o predomínio do econômico-mercantil, próprio do capitalismo pré-monopolista, deslocou-se para o político-ideológico. Depois da II Guerra Mundial, o volume dos investimentos norte-americanos no exterior cresceu regularmente. De 35% do total mundial em 1930, saltou para 60% em 1960. O auge coincide com a formação do "tripé" monopolista no Brasil. Grande parte destes investimentos se dirigiu para a Europa, onde cresceram 300% entre 1957 e 67. Ali preferiram, as operações especulativas e financeiras a curto prazo, transformarem-se ampla e crescentemente em capital fixo e proprietários econômico-reais das empresas através do controle acionário. Se bem que, no início dos anos 70, os investimentos norte-americanos na Europa se equivaliam aos investimentos europeus nos USA, os primeiros eram diretos na razão de 70%, enquanto os segundos eram indiretos na razão de 67%. Na prática, os investimentos europeus capitalizavam os grupos monopolistas financeiros norte-americanos em troca de um lucro especulativo a curto prazo. Mais ainda, os investimentos norte-americanos orientavam-se para a produção direta de mais-valia, controlando efetivamente o processo produtivo, enquanto os investimentos europeus se dirigiam ao ramo de serviços e à circulação monetária. Entre 1950 e 1966, os investimentos norte-americanos na Europa destinados às indústrias de bens materiais subiram de 24,3% dos investimentos globais para 40,3%.

4. Os investimentos norte-americanos expressam o processo mundial de concentração e centralização de capital, pois são provenientes de ramos e setores onde este processo foi mais longe no interior dos USA e se dirigiu aos ramos e setores europeus de características idênticas, que mais rapidamente se expandem, apresentam uma tecnologia mais avançada, composição orgânica do capital mais elevada, maior produtividade e maior predomínio de extração de mais-valia relativa. Assim, continuam a exploração intensiva do trabalho com a espoliação financeira e a obtenção de vantagens tecnológicas via concessões de licenças e patentes. São as indústrias metalúrgicas, mecânicas, químicas, produtos sintéticos, eletroeletrônicos e outras, cujos capitais se expandiam, no início dos anos 70, a um ritmo aproximado de 9 por cento ao ano, a uma velocidade em torno de 200% do crescimento tanto do "PNB" americano quanto do europeu.

5. Muito além da dimensão estatística, o significado da presença norte-americana no processo de internacionalização do capital, no Brasil e no interior dos próprios países imperialistas, representa um salto de qualidade em relação à primeira metade do século. Esta nova qualidade tem profundas implicações a nível da divisão social imperialista de trabalho, da socialização do processo produtivo, da acumulação de capital, da centralização de capital-dinheiro, da ideologia, da diplomacia, da política, das alianças militares e do papel dos Estados nacionais. Em particular, exerce grande influência na formulação e ope racionalização da estratégia do imperialismo "ocidental", a nível mundial e na América Latina.

VI - A via "meridional" de ingresso na modernidade "ocidental"

1. A via de ingresso do Brasil na modernidade "ocidental" preservou importantes traços "meridionais", em contraste com as formações so

ciais imperialistas do hemisfério norte. Estes traços não se constituíram em obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento do capitalismo, mas o condicionaram e dotaram de contradições específicas. Um deles é a dependência aos centros financeiros internacionais, especialmente ao imperialismo norte-americano. O lugar do capitalismo brasileiro na divisão social imperialista de trabalho o marca pela distância relativa que o separa dos centros mais avançados da revolução técnica e científica, cujas conquistas são incorporadas tardia e parcialmente. A utilização de um capital variável baixo, uma das componentes da capacidade de concorrência interna e externa do capital financeiro investido no país, está intimamente relacionada ao atraso tecnológico, aos limites do mercado interno, à extração de mais-valia absoluta em níveis elevados, à existência de grandes contingentes populacionais na miséria extrema, mesmo nos centros mais avançados do desenvolvimento capitalista. Antes de negar a lei segundo a qual a baixa relativa crescente dos salários é determinada pelo aumento tendencial da taxa de composição orgânica do capital, a penúria em que se encontra uma parte considerável do proletariado brasileiro vem comprovar que os grupos monopolistas financeiros procuram compatibilizar, sempre que a situação político-social o permite, a extração da mais-valia relativa com a extração de mais-valia absoluta. Assim, na busca do lucro-maximo, os grupos monopolistas financeiros aumentam diretamente a taxa de **lucro** pela manutenção do seu próprio capital variável em níveis inferiores ao existente nos centros imperialistas, beneficiando-se ainda da vantagem comparativa. Rebaixam também a parcela da mais-valia gasta nos setores improdutivos de suas empresas, na remuneração do capital comercial e bancário, na manutenção dos serviços que lhes presta o Estado burguês, inclusive seu aparato policial-militar. E, finalmente, ampliam indiretamente a drenagem de uma alíquota de mais-valia produzida sob o controle do capital não-monopolista que trabalha com baixíssima composição orgânica de capital e salários miseráveis com os quais a política econômica ditada pelo mecanismo único monopolista e financeiro tem muito a ver. A dependência ao imperialismo é, portanto, um obstáculo estrutural à participação paritária do Brasil no círculo restrito dos países capitalistas altamente desenvolvidos, principais protagonistas da revolução técnica e científica, da acumulação do capital e da estratégia imperialista.

2. Esta desigualdade-combinada do desenvolvimento capitalista no Brasil em relação aos centros imperialistas se associa às imensas disparidades regionais. A acumulação do capital sempre teve como referência espontânea as áreas onde se localizam a matéria-prima, a mão-de-obra e o mercado. Quando a acumulação do capital é comandada pelos grupos monopolistas financeiros, como no caso do Brasil, esta referência se transforma numa determinação política através da ação do mecanismo único de dominação com destaque para o papel do Estado. Elevando a novo nível o movimento econômico espontâneo pré-existente, o desenvolvimento capitalista, que não se guia por objetivos sociais altruístas, concentrou-se no triângulo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com ramificações secundárias em alguns centros regionais, ali estabelecendo seu trampolim na utilização da vantagem comparativa nos mercados interno e externo. O resultado tem sido a manutenção e acirramento das desigualdades regionais. Não é que foram extintos o fenômeno nacional, a igualdade federativa ou o Estado nacional, mas foram desagregados os fatores nacionais, transformada a igualdade federativa numa ilusão formalista e colocado o Estado nacional a serviço dos interesses concentradores e centralizadores dos grupos monopolistas financeiros. Não são "dois Brasis", mas contradições no interior de uma totalidade que é o capitalismo brasileiro.

3. O desenvolvimento capitalista no Brasil prescindiu de uma revolução democrático-agraria e manteve o pacto burguês-latifundiário. Porém, muito ao contrário de preservar as relações não-capitalistas no quadro de um suposto atraso feudal, a modernização do latifúndio significou a progressão **passiva** e sistemática das relações de produção es-

pecificamente capitalistas no campo. Significou também a subordinação dos bolsões de produção simples de mercadorias ao capital seja através da dominância das relações capitalistas no interior de cada latifúndio, seja através da esfera da circulação mercantil ou creditícia, com a transformação dos pequenos proprietários ^{em proprietários} nominais da terra. E, finalmente, a integração de grandes extensões de terras a propriedade dos grupos monopolistas financeiros. Como resultado observa-se o enfraquecimento da classe dos latifundiários rentistas e o surgimento de uma grande burguesia agrária. A contrapartida foi o ataque sistemático aos camponeses, a dissolução mais ou menos violenta de seus laços de posse real da terra, o fim do seu controle sobre o processo produtivo parcelário e a constituição de um numeroso contingente de trabalhadores despossuídos. A libertação burguesa formal da força de trabalho para aprisioná-la na servidão assalariada real, combinada com a progressão das forças produtivas especificamente capitalistas e a introdução da produção da mais-valia relativa na agropecuária, levou a população rural a decrescer de 68,76 por cento em 1940, para cerca de 30 por cento nos dias atuais. A modernização "ocidental" do campo se realizou por uma via "meridional" que implica na continuidade do monopólio privado da terra, mantendo a renda territorial como pedra no caminho do desenvolvimento capitalista. Na existência dos bolsões definidos por relações de produção não-capitalistas, mantendo ilhas de atraso tecnológico e um campesinato expressivo. E na marcha de um capitalismo retardatário, onde a população rural ainda é grande, a submissão do trabalho ao capital permanece em boa parte formal, a acumulação de capital depende da extração de mais-valia absoluta e campeia a miséria extrema das massas.

4. A burguesia brasileira, para se organizar em classe dominante, não se viu na contingência histórica de enfrentar e destruir revolucionariamente a velha ordem e muito menos constituir, para realizar esta tarefa, uma aliança com o proletariado nascente, o campesinato e a pequena burguesia urbana. Ao contrário de produzir uma ideologia naquele momento revolucionária, como o fizera em vários países europeus e mesmo nos USA em sua ruptura anticolonial, incorporou o núcleo conservador da ideologia das velhas classes dominantes, os senhores de escravos e a oligarquia rural da 1ª República, partícipes da aliança de classes que sustentou o nascimento e consolidação do Estado nacional. A continuidade do monopólio da terra, jamais contestado seriamente, foi a condição para a durabilidade do pacto burguês-latifundiário que acompanha toda a história da dependência ao imperialismo, de onde assimilamos os princípios da reação moderna, e até hoje se mantém como pilar da ordem. O jugo do capital se afirmou pelo "topo", passivamente. Conseqüentemente, a burguesia brasileira nunca formulou um projeto democrático-radical e até mesmo manifesta uma desconfiança em relação a forma liberal-clássica do Estado, vista como porta aberta a anarquia, licenciosidade e agitação social. Com a entrada do proletariado em cena, passou a identificar as liberdades políticas e sindicais, especialmente após a Revolução de Outubro, como caldo de cultura do "perigo vermelho". Desenvolveu formas de dominação clientelistas, tutelares e altamente repressivas. Adotando a risca o lema positivista, que gravou na bandeira do país, sempre condicionou o progresso à ordem. Adaptou seus objetivos "nacionais" ao cosmopolitismo burguês-imperialista. Cultivou o obscurantismo e colheu o atraso cultural. Zelou pelo conservadorismo moral e reproduziu preconceitos. Colocou a reação política no centro da "res pública". Das quarteladas à presença das Forças Armadas na cúpula da Nova República, passando pelo regime militar, concebeu um Estado militarizado e o consideram fator de "segurança interna". Mostrou-se incapaz de consolidar instituições civis estáveis e duradouras. Pela ótica da cultura dominante, que a transição burguesa ora aprofunda, ora recicla, ora simplesmente mantém, não são bem vistos o fortalecimento da "sociedade civil", a cristalização de grandes campos ideológicos e certas modernidades da forma neo-liberal de Estado adotada pelas "democracias imperialistas" do hemisfério norte. Aqui, todo partidário da reação aberta e de "centro-moderado", todo liberal é de "esquerda",

todo reformista é "radical".

5. A via de ingresso do país na modernidade "ocidental" implica na existência de tensões sociais latentes e fatores de instabilidade política. As greves são consideradas um desafio à ordem, sobretudo quando geral e política, sendo tratadas como um caso de polícia. O aparelho de Estado, armado com a ideologia da "defesa interna", está sempre à espreita das menores contestações à ordem burguesa. A margem de manobra do Estado e da política burgueses, por mais que exista e in discutivelmente se manifeste em todos os setores da vida nacional, não passa de uma autonomia relativa, sempre esbarrando nas contradições desta via, mesmo quando se trata de promover os interesses coletivos do capital. Eis o dilema das principais iniciativas da Nova República, sempre transformando os grandes dramas nacionais em farsa. O congelamento do "Plano Cruzado", cantado em prosa e verso como o portal de uma nova era de bonança para as massas, resultou nos maiores arrochos salariais e carestia já conhecidos no país. A "Reforma Agrária", que despertou a ira da UDR e a ilusão dos reformistas, acabou com a chacina de camponeses pelas milícias combinadas de jagunços e PMs. A moratória da dívida externa apareceu na sua real dimensão: um expediente para garantir a retomada do pagamento integral em formas novas, como a sua transformação em capital cujo único "risco" será acumular um pouco menos do que o faria em outra ponta de lança do imperialismo. E, finalmente, a "transição", apresentada como via de resgate da "dívida social" e construção da "democracia", expôs a exaustão seu caráter conservador e antipopular, enquanto forma "civilizada" da reação política sob o comando da oligarquia financeira.

VII - A estrutura interna da burguesia brasileira

1. No modo de produção capitalista existem, teoricamente, duas classes fundamentais e antagônicas: a burguesia e o proletariado. Como frisou Marx, em Teorias da mais-valia: "o proprietário privado da terra não é, na produção capitalista, um agente necessário da produção..."; "o latifundiário, que era um funcionário importante da produção no mundo antigo e na Idade Média, é hoje, no mundo industrial, um aborto parasitário..."; "a propriedade poderia seguir o seu curso sem o menor empecilho, ainda que desaparecesse o proprietário territorial, substituído pelo Estado". A modernidade "ocidental" vem confirmar esta proposição abstrata. Todavia, a formação social concreta do país articula a dominância do modo de produção especificamente capitalista com a existência de relações não-capitalistas e compõe uma estrutura de classes, onde a burguesia e o proletariado se desenvolvem ao lado de latifundiários rentistas e de uma pequena burguesia numerosa, com fronteiras difusas e camadas sociais intermediárias. Os latifundiários rentistas, por força da reprodução ampliada do modo de produção capitalista e sua dominância incontestável, irreversível e progressiva na cidade e no campo, ocupam um lugar subalterno no bloco dominante, uma posição de simples agregado ao Estado burguês. A pequena burguesia e o proletariado são classes dominadas, as quais se agregam o semi-proletariado e o lumpensinato enquanto camadas sociais.

2. A fração superior da burguesia é a oligarquia financeira, cujas camadas são, além da burguesia imperialista, a oligarquia financeira interior e a burguesia gerencial de Estado. Este grupo restrito controla os monopólios e oligopólios, tanto privados como estatais, e estende seus tentáculos a unidades empresariais de pequeno e médio porte. A maior parte das grandes empresas é diretamente integrada aos grupos monopolistas financeiros, seja como empresas principais, seja como filiais e outras unidades sob o controle acionário. As ligações indiretas dos grupos monopolistas financeiros são tão fortes que o conceito de capitalista independente passou a ter um sentido relativo. Todos são, de uma forma ou de outra, ligados à oligarquia financeira através de operações creditícias, da participação na bolsa, da transferência de mais-valia na esfera da circulação, como donos de firmas satélites com vin

culos de tecnologia, encomendas e preços, como sub-empregados, como operadores pelo sistema de licenças, pela política econômica do Estado, dentre outras formas, com destaque para a associação com o capital financeiro internacional. Este conjunto de ligações diretas e indiretas, que tem um caráter histórico-estrutural e hoje uma determinação política, apresenta profundas implicações na forma de acumulação capitalista, através da composição do lucro financeiro: $L_f = mv_d + mv_a + v_{psm} + r_{fd} + r_{fa} + \Delta p + v_{ef} + v_o$. Nesta fórmula, mv_d representa a mais-valia direta, extraída do proletariado que trabalha nas próprias empresas do grupo monopolista financeiro, mv_a a mais-valia adicional, transferida das empresas não monopolistas, v_{psm} a quota-parte do valor criado por camponeses e pequeno-burgueses urbanos no processo de produção simples de mercadoria, r_{fd} a renda fundiária direta, extraída dos camponeses que trabalham nos latifúndios de propriedade do capital financeiro, r_{fa} a renda fundiária adicional transferida dos proprietários territoriais independentes, Δp o valor capturado através do preço de monopólio, v_{ef} o valor proveniente de operações especificamente financeiras, e v_o o valor proveniente da redistribuição desigual do orçamento "público".

3. A burguesia gerencial é constituída pelos altos dirigentes e administradores das grandes empresas privadas e das estatais, particularmente dos grupos monopolistas financeiros, e pelos altos funcionários do aparelho de Estado. Os diretores e gerentes das empresas privadas exercem o controle sobre o processo produtivo e organizam a exploração capitalista. Os membros da cúpula burocrática do Estado, popularmente conhecidos como "marajás", assumem as principais tarefas no funcionamento do mecanismo único de dominação. Os vencimentos, prêmios e outras formas extras de remuneração representam verdadeiras fortunas e superam extraordinariamente o valor social de sua força de trabalho. A questão fundamental não reside na improdutividade de seu trabalho, mas no fato de seu salário representar uma alíquota da mais-valia superior à retida em média pelos pequenos capitalistas industriais urbanos, que ficava em 57,43 salários mínimos mensais em 1980, sem os encargos normais do investimento de capitais, ^{e sem o} pagamento de salários ^{sem como} aos trabalhadores improdutivos, impostos, serviços, lucros comerciais, juros bancários e valor diferencial aos grupos monopolistas. Muitos gerentes de empresas privadas possuem grandes lotes de ações, o que lhes garante a co-propriedade jurídico-formal dos meios de produção, além do controle econômico-real de que já dispunham. Assim, as suas remunerações somam outra alíquota da mais-valia sob a forma de dividendos, sem falar no lucro especulativo que realizam através de oportunidades especiais. Pela magnitude da mais-valia que reúnem, pela posição que assumem no processo produtivo, pela relação com os meios de produção e pelo papel na exploração de classe, fazem parte da grande burguesia e até mesmo da oligarquia financeira. No caso dos diretores, gerentes e demais componentes do grupo seleto dos altos dirigentes e administradores das empresas "públicas", ocorre a especificidade de combinarem a extorção de mais-valia, que realizam pelo mesmo método da burguesia gerencial privada, com a sua condição de representantes da propriedade comum dos capitalistas sob a forma de propriedade do Estado. Como a propriedade comum da burguesia necessita de uma mediação ideológica, a propriedade jurídico-formal de toda a nação, e também de uma mediação prática, o a gente operacional concreto, a burguesia gerencial de Estado exerce o controle sobre o processo produtivo e portanto a propriedade econômico-real imediata do conglomerado monopolista financeiro estatal, o que transforma os altos cargos de direção e administração das empresas em caminho de ascensão à oligarquia financeira e terreno de acirrada disputa entre os políticos burgueses.

4. A burguesia urbana não-monopolista é constituída pelos pequenos, médios e grandes capitalistas. A pequena empresa capitalista possui de 5 a 19 pessoas ocupadas. A média empresa, de 20 a 249. E a grande, 250 ou mais. Estes conceitos, que incorporam as opções classificatórias por "grupos de pessoal ocupado" das estatísticas oficiais, fundamenta-se na massa de mais-valia apropriada pelo capital, com repercussões diretas na sua estabilidade e capacidade de acumulação nas condições da formação social brasileira, e na organização interna da exploração, particularmente a posição do capitalista em relação ao processo produtivo. Assim, a pequena indústria capitalista tem um mínimo de 4 trabalhadores produtivos porque uma quantidade inferior não garantiria a massa de mais-valia necessária para que o proprietário dos meios de produção se mantivesse liberado do trabalho manual, isto é, fosse capitalista. Em 1980, a massa mensal de mais-valia extraída numa indústria urbana com 5 pessoas ocupadas girava em torno de 28,28 salários mínimos da época, o que mal dava para sustentar uma família, deduzidas as transferências para as demais camadas da burguesia e outros gastos, sobretudo a reposição do capital circulante. É fácil compreender a instabilidade provocada pela concorrência desigual e o efeito devastador de uma crise econômica sobre este tipo de empresa, a exemplo da quebra da geral deste ano. O abandono do trabalho manual pelo proprietário dos bens de produção o transforma em supervisor do processo de produção de mais-valia, concentrando suas atividades nas funções meramente empresariais.

5. As 78.809 pequenas indústrias capitalistas urbanas que existiam em 1980 representavam nada menos que 65,46% do ramo. Estes pequenos capitalistas empregavam apenas, 15,33% da mão-de-obra. Destas pequenas indústrias, 15.485 adotavam a forma de propriedade jurídica individual e 49.512 a forma jurídica de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, totalizando as 82,47% que, somados às 8.231 sem constituição jurídica definida, contam com a presença direta do capitalista na supervisão, individualmente ou acompanhado de alguns poucos sócios, frequentemente familiares. As pequenas empresas comerciais sobem a 118.222, representando 86,88% dos estabelecimentos, o que significa uma presença por ramo superior à indústria e comparável ao ramo que as estatísticas oficiais chamam de serviços. Computando todos os ramos urbanos do capital, as pequenas empresas capitalistas chegam a 281.110 unidades, cujos proprietários, somados aos médios empresários, constituem a massa dos capitalistas, mas não influem diretamente no Estado burguês.

6. O pequeno capitalista industrial, embora tenha se afastado do trabalho manual, relaciona-se com o processo produtivo através da supervisão, reunindo numa totalidade única a organização do processo produtivo e a gerência do conjunto do processo de acumulação do capital, funções que mais tarde se bifurcarão e serão assumidas por técnicos especializados na produção e por gerentes. Além disso, ainda não constitui, em torno de si, um setor improdutivo. Ele próprio encarna o conjunto das funções improdutivas, quando muito ajudado por mais uma ou no limite duas pessoas que muitas vezes são sócias ou parentes. Em 1980, a média de pessoal não produtivo, além do capitalista, era de apenas 1,79 ppr empresa, sendo que em torno de 15% dos casos o capitalista era o único desligado do trabalho manual. Na média indústria, o número de pessoal produtivo, além do proprietário, sobe a 7,56. Neste caso, o capitalista abandona a função supervisora do processo produtivo, dedica-se exclusivamente a gerência empresarial e constitui um setor improdutivo. Este novo salto de qualidade não só corresponde às exigências da complexificação do processo de acumulação do capital, especificamente administrativas, contábeis, jurídicas, financeiras, mercantis, de formação, segurança, abastecimento e propaganda, dentre outras, como também representa uma possibilidade criada pela massa de mais-valia extraída por empresa, que na média era de 818,95 salários mínimos em 1980. Este trabalho não pago, que nas médias empresas é extraído de 48,49% dos trabalhadores do ramo industrial, mostra-se suficiente para

assegurar, mesmo depois das transferências de mais-valia para outros ramos e frações da burguesia e ^{em} mais gastos, incluindo a reposição do capital circulante, um excedente que remunera o setor improdutivo e permite a acumulação de capital. Contudo, as 76.552 médias empresas, que na maioria estão no ramo da indústria urbana, ainda adotavam uma forma jurídica de propriedade com pouca autonomia frente à propriedade econômico-real, situação inadequada à complexificação do processo de acumulação, ainda prevalecendo amplamente a sociedade por cotas de responsabilidade limitada. As sociedades anônimas, já presentes na proporção de 28,96% nas empresas industriais urbanas, aparecem como embriões de novas formas de apropriação privada frente ao caráter progressivamente social do trabalho, contradição que no ramo industrial, face à existência do trabalho produtivo, adquire um antagonismo manifesto, e ainda como portas generosamente abertas ao capital financeiro, algumas já invadidas.

7. Os limites quantitativos de mão-de-obra entre as camadas internas da burguesia são apenas uma referência empírica, sendo absurdo considerá-los rigidamente. Tais limites estão sujeitos a fatores tais como a composição orgânica do capital, cuja elevação pode introduzir uma empresa média na camada superior, a integração num grupo monopolista financeiro, que retira qualquer empresa das camadas não-monopolistas, e o ramo do capital, que influi na capacidade de acumulação e pode caracterizar uma empresa comercial ou de "serviços" com mais de 100 empregados como grande empresa. Assim, podemos considerar como grande capital urbano as 7.502 empresas, catalogadas em 1980, que se concentram nos ramos industrial, comercial e "serviços", sendo que as primeiras ocupam mão-de-obra na razão de 127,94% a mais que a soma das duas últimas e 144,93% a mais que as grandes indústrias de construção civil. O índice de separação da forma ^{de} propriedade jurídico-formal da propriedade real dos meios de produção e reprodução do capital, referenciado nas sociedades anônimas, estatais e outras formas, chegou a 79,40% na grande indústria de bens de produção e consumo e a praticamente 100% nos setores de transportes, comunicações, instituições "financeiras", seguros e capitalização, crescendo com as próprias dimensões da empresa em cada ramo. Como resultado mais ou menos adiantado, o capitalista se afasta da própria gerência e revela sua inutilidade social. Formam-se diretorias, encabeçadas por uma Presidência, que através de Conselhos se ramificam nas entranhas de outros ramos do capital, do Estado e da política burguesa, e que se escudam na burguesia gerencial para a execução das atividades especificamente empresariais. Complexificam-se os setores improdutivos das indústrias. A sociedade por ações interliga a indústria com o circuito financeiro ou pelo menos a deixa preparada para tal. Um exemplo são as S/A Indústrias Votorantim. O seu Presidente pôde se afastar tranquilamente do cargo e disputar a eleição para governador de São Paulo sem que absolutamente nada se modificasse no grupo monopolista financeiro. O "capitão de indústria", o homem "empreendedor" o empresário "produtivo", o "inimigo dos bancos", não passa de um parasita. Assim, é preciso não exagerar a dimensão real da camada não-monopolista da grande burguesia, uma vez que a maior parte de seus estabelecimentos já se integraram ao circuito financeiro. Mais uma vez servem de exemplos as S/A Indústrias Votorantim, cujo grupo se estende às "empresas controladas e coligadas" que atuam em vários ramos e setores: cimento, metais não-ferrosos, siderúrgico, químico, equipamentos pesados, papel, cal, refratários, tecidos, açúcar, álcool, alimentos, construções, energia elétrica, extração mineral, armazenagem, administração, cal e tintas, comércio de imóveis, agropecuária e outros.

8. A superioridade da grande indústria sobre as demais é notória. Enquanto, em 1980, os estabelecimentos dos pequenos capitalistas extraíam em média 57,43 salários mínimos de mais-valia, as médias indústrias extraíam 818,95 e as grandes 10.522,73, excluídos os setores de construção, energia elétrica, abastecimento de água, armazenagem, estocagem e estiva, transportes, agropecuária e alguns indevidamente catalo-

gados pelo IBGE entre os "serviços". Esta diferença ainda é mais impressionante se considerarmos que os salários pagos aos trabalhadores produtivos é muito menor na pequena indústria capitalista: cerca de 1,79 salários mínimos oficiais contra 2,74 na média indústria e 3,68 na grande. Isto se deve a três fatores. Em primeiro lugar, ao potencial explorador representado pela concentração de capitais, nomeadamente a capacidade de reunir grandes massas proletárias para um processo produtivo em larga escala, de características sociais e capaz de possibilitar a extração de mais-valia de um grande número de trabalhadores ao mesmo tempo. Em segundo lugar, e articuladamente com a concentração de capitais, a superioridade técnico-produtiva, que possibilita um excedente muito maior. Se na pequena indústria capitalista o trabalho mensal de um operário criava em média um valor de 10,63 salários mínimos, na média indústria este valor subia para 18,56 e na grande para 25,18. Mesmo pagando salários mais altos, a grande indústria extrai uma massa de mais-valia mensal por operário muito maior: 21,50 salários mínimos contra apenas 15,81 na média indústria e 8,84 na pequena. E, finalmente, em terceiro lugar, pela possibilidade de aumentar a própria exploração do trabalho pelo capital. Enquanto a taxa de mais-valia era de 495,13% na pequena indústria capitalista, subia para 575,93% na média indústria e 584,35% na grande. Esta realidade joga por terra as duas formas de apologia do capitalismo. A primeira delas, que procura valorizar o "papel social" do pequeno e médio capital como gerador de empregos, repousa na extração da mais-valia absoluta, na fome e na nostalgia do obscurantismo e do atraso "meridional". A outra, que procura valorizar o progresso burguês, repousa na extração de mais-valia relativa e na modernidade da exploração crescente do trabalho pelo capital. Isto se considerarmos apenas a extração direta de mais-valia. Mas a história do capitalismo no Brasil já ingressou no capítulo do saque financeiro, que transforma esta pendência numa simples querela de tributários.

VIII - O monopólio da terra e a burguesia rural

1. As teses que defendem a existência de "dois brasis", o primeiro urbano, avançado e capitalista, o segundo rural, atrasado e "feudal" ou "pre-capitalista", não encontra sustentação teórica. Além do ingresso na modernidade "ocidental", cujos elementos transpiram por todo o tronco urbano da formação econômico-social brasileira, o desenvolvimento do capitalismo no campo é por demais evidente. Sinalizando um grau elevado de desenvolvimento das forças produtivas tipicamente capitalistas, o número de tratores cresceu incessantemente de 1.706 em 1920 para 652.049 em 1985. E não se tratou de uma simples reprodução horizontal das propriedades territoriais por obra da expansão da fronteira agro-pecuária. Enquanto no mesmo período, o número de estabelecimentos rurais subiu 800,22% e a área cultivada 688,62%, o número de tratores o fez na escala de 28.220,93%, sendo que 101,80% apenas entre 1975 e 85. Ao lado de aumento semelhante na utilização de arados de tração mecânica, colhedeiças automotrizas, caminhões e carros utilitários, silos e armazenagem, motores elétricos e a combustível líquido, fertilizantes, rações balanceadas, irrigação, instalações modernas, matrizes animais de alta qualidade etc, trata-se de um processo inequívoco de transformação de capital-dinheiro em capital constante. Mas a dominância do capital se formaliza a nível das relações de produção. Sem dúvida, a presença do modo de produção simples de mercadoria, com base na pequena propriedade, e as relações de parceria, têm e por muito tempo ainda terão uma presença notável. Os produtores diretos ainda predominam, ligados à terra e praticando um trabalho parcelário, em cerca de 90% dos estabelecimentos e numa área que, somada às devolutas, ultrapassa os 50% da área total. Em 1975, existiam nada menos que 4.159.651 estabelecimentos sem um único assalariado, dentre eles 1.378 com 20 ou mais pessoas trabalhando a terra e 24.180 com 500ha ou mais, inclu-

sive os casos extremos de 10 estabelecimentos com 100 ou mais pessoas e 6 estabelecimentos com 100.000ha ou mais. No restante predomina um processo produtivo qualitativamente distinto, com base em relações de produção especificamente capitalistas. Ainda mais, entre os trabalhadores que mantêm a posse real da terra e seus familiares computados como "mão-de-obra ativa", encontra-se uma multidão de operários rurais que trabalham em outras propriedades, de semi-proletários que praticam o trabalho assalariado temporário e de pequenos burgueses de novo tipo, que realizam a produção mercantil e utilizam modernas forças produtivas. E, finalmente, o grupo de estabelecimentos com área de até menos de 20ha, onde se concentrava o trabalho parcelário, participou com apenas 25,78% do valor da produção agropecuária, contra 74,22% do grupo de estabelecimentos com área de 20ha ou mais, onde se concentravam as empresas capitalistas e o proletariado rural.

2. O resultado superior do desenvolvimento capitalista no campo foi, como nos centros urbanos, o surgimento de uma fração burguesa integrada ao capital financeiro. Longe de um processo predominantemente endógeno, houve a latifundização dos grupos monopolistas financeiros pela aquisição ou simples ocupação de enormes extensões de terra, beneficiando-se de generosos incentivos fiscais e tingindo de vermelho os títulos e ações com o sangue do campesinato. Um caso típico é a Codeara - Cia. de Desenvolvimento do Araguaia -, cujos principais acionistas são o Banco de Crédito Nacional, o Banco de Investimentos BCN e a Financeira BCN. Tais empresas representam a fusão do capital financeiro com o monopólio da terra, compondo um traço específico da via nativa de ingresso na modernidade "ocidental". O capital financeiro acabou sendo o estuário de outras vertentes representadas pela multiplicação do cooperativismo burguês e a formação de empresas rurais de "capital aberto".

3. O desenvolvimento do capitalismo no campo manteve o monopólio da terra qualitativamente e até mesmo o aumentou em número e área de forma absoluta. De 1920 a 85, o número de propriedades com 1.000ha ou mais passou de 26.315 para 50.105, enquanto sua área total passou de 110.980.620ha para 164.684.290. Esta estrutura fundiária amplia e centraliza um tipo não-capitalista de exploração do trabalho camponês e de toda a sociedade, consubstanciado na extração de renda diferencial e absoluta. A esta relação social específica corresponde a classe dos latifundiários rentistas. Contudo, a renda territorial já se encontra, no geral, sob a dominância da reprodução do capital, seja por reduzir-se a uma alíquota da mais-valia extraída por capitalistas arrendatários, seja pelo processo de aburguesamento dos latifundiários. O próprio montante da renda diferencial extraída em 75 não chegou a 10% do valor total criado na agropecuária. São minoritários os proprietários fundiários que vivem exclusivamente ou mesmo predominantemente de renda. Tais casos não aparecem significativamente em quaisquer grupos de propriedade definidos, seja por número de pessoas ocupadas, seja por área. Na maioria dos casos, compõem uma camada de transição à burguesia rural. Hoje, a renda fundiária relativa constitui fundamentalmente uma forma adicional de lucro que os capitalistas rurais agregam à mais-valia direta, apropriando-se dos frutos do trabalho camponês e de uma alíquota da mais-valia extraída pela camada dos arrendatários capitalistas.

4. A burguesia rural compõe-se de quatro camadas: os grandes capitalistas, os médios, os pequenos e os arrendatários capitalistas. Os pequenos capitalistas rurais são aqueles cujas empresas ^{ocupam} de 5 a 19 pessoas, sendo no mínimo três delas assalariadas. Os capitalistas médios ocupam de 20 a 99. Os grandes capitalistas rurais, 100 ou mais. O número permanente de 3 operários rurais é o mínimo capaz de garantir a massa de mais-valia necessária para que o responsável pelo estabelecimento, seja proprietário, arrendatário ou parceiro, afaste-se do trabalho manual e passe a supervisionar o processo de produção de mais-valia. Sem estabelecer limites rígidos, as pequenas empresas capitalistas rurais, em 75, somaram aproximadamente 420.000 unidades. Como referência

empírica, o universo formado pelos estabelecimentos que ocupam de 5 a 19 pessoas possuía 2.819.964 pessoas ocupadas, uma média por estabelecimento de 12,11 pessoas e 98,07ha. O número de operários era de 1.676.711. Das 11,11 pessoas em média ligadas à produção direta, 6,73 eram familiares que trabalhavam sem remuneração, o que evidencia uma presença ainda muito forte da condição camponesa. Contudo, muito além da subsistência e até mesmo algum excedente do trabalho familiar, a possibilidade do responsável assumir a função de supervisor é colocada pelo trabalho produtivo dos operários rurais permanentes e temporários, cuja média por pequenas empresas rurais era de 4. Fato digno de nota é a forte presença de parceiros nos estabelecimentos desta camada da burguesia rural, sobretudo nas que ocupam de 10 a 19 pessoas onde em média quase se equiparam numericamente aos trabalhadores assalariados, sinal de evidente atraso no desenvolvimento capitalista.

5. Na média empresa capitalista, o proprietário-supervisor via de regra cede lugar a um administrador mais ou menos especializado, dedica-se a funções improdutivas, retira os familiares do trabalho e muitas vezes se ausenta da propriedade. Este movimento é possibilitado pela mais-valia extraída de 23,43 operários em média por estabelecimento, além da renda adicional. As médias empresas capitalistas somavam, em 1975, 35.786 unidades. Como referência, os estabelecimentos que ocupavam de 10 a 99 pessoas ocupavam ^{um total de} 1.207.961 pessoas e apresentavam as médias de 32,50 pessoas e 877,15ha.

6. A grande empresa capitalista rural é a única fração monopolista ainda não completamente integrada ao circuito financeiro, mesmo que não goze de independência absoluta. Isto porque, historicamente, o monopólio da terra preexistiu ao capital financeiro e ao próprio capitalismo. Em 75, os estabelecimentos que ocupavam 100 ou mais pessoas somavam 1.594 unidades e ocupavam um total de 300.169 pessoas, com as médias por estabelecimento de 188,31 pessoas e 4.774,61ha. A força de trabalho era formada, em média, por 106,41 operários assalariados permanentes, 56,32 operários assalariados temporários, 19,52 camponeses-parceiros e dependentes não remunerados, 6,07 trabalhadores de condição indefinida, provavelmente agregados e posseiros, fora os moradores não ocupados. Como 10 estabelecimentos não possuíam assalariados, o número de grandes empresas capitalistas era 1.584, com uma média de 163,75 operários rurais.

7. A burguesia arrendatária é a camada formada pelos capitalistas rurais que pagam renda diferencial aos proprietários territoriais, com base no monopólio da terra como objeto de exploração. Neste caso, a renda diferencial I é a mais-valia adicional correspondente à maior produtividade nas terras de qualidades naturais média e superior, somada ao lucro adicional relativo à posição privilegiada frente às vias de comunicação, aos meios de transporte, mercado e outros fatores favoráveis à realização do lucro. Esta modalidade de renda é acentuadamente elevada em áreas de baixo PH, nas varzeas sedimentares, nas terras roratráveis, nas regiões úmidas do nordeste e nas cercanias das cidades, em contraste com terras áridas, acidentadas, isoladas e distantes. A renda diferencial II é a mais-valia adicional proveniente das terras onde foram investidos capitais, vale dizer, onde o trabalho assumiu a forma de capital constante e portanto a força do trabalho tem mais produtividade. Esta modalidade de renda é acentuadamente elevada em terras já trabalhadas, ocupadas por benfeitorias e aradas, em contraste com as imensidões devolutas e ocupadas por matas. A renda absoluta, por se formar no processo de circulação, não tipifica os arrendatários capitalistas, já que neste caso trata-se de um tributo pago por toda a sociedade aos latifundiários. A renda fundiária pode ser paga pelos arrendatários capitalistas sob a forma de produtos ou de dinheiro, embora a segunda represente um nível superior de dissolução da cultura de subsistência e integração na economia mercantil. O fundamental, contudo, é que a renda seja uma alíquota da mais-valia retirada

pelo arrendatário ao proprietário rural no processo produtivo especificamente capitalista. Daí porque só uma parte reduzida dos arrendatários e mais reduzida ainda dos parceiros pode ser computada como arrendatário capitalista. As estatísticas oficiais não permitem esta quantificação, mas se considerarmos o limite mínimo de 20ha por estabelecimento, o número de arrendatários capitalistas pode ser estimado em cerca de 120.000 em 75, isto é, apenas 12,31% do total de arrendatários, computados aqueles que arrendam para ampliar a terra própria de cultivo ou criação. Estes arrendatários capitalistas empregam 5.539 administradores e possuem a esmadora maioria dos 31.883 tratores computados como de propriedade de arrendatários e parceiros.

IX - A pequena burguesia urbana

1. Vulgarmente, a pequena burguesia é vista como burgueses "pequenos" a partir de uma diferenciação meramente quantitativa. Há também os que a confundem com os intelectuais e técnicos assalariados ou a "classe média". Ao contrário destas visões aprisionadas no universo empírico, a pequena burguesia deve ser conceituada como uma classe social própria, a partir de duas determinações fundamentais. A propriedade dos meios de produção ou de serviço, que a separa qualitativamente do proletariado. E o trabalho manual ou intelectual, que a separa qualitativamente dos capitalistas. Assim, a multidão de pequenos-burgueses urbanos e rurais existentes no país constitui uma classe específica de trabalhadores ligados aos meios de produção ou de serviço através da propriedade jurídico-formal ou apenas econômico-real. Em contraste com os capitalistas, a pequena burguesia sempre possui uma propriedade em escala reduzida e, mais importante, uma propriedade que não constitui capital. Em contraste com o proletariado, sempre realiza um trabalho individual e parcelário e, mais importante, não produz mais-valia. No Brasil, a pequena burguesia tem duas vertentes históricas. A primeira é composta pelos antigos intelectuais e trabalhadores manuais anteriores a produção especificamente capitalista, os profissionais liberais, funcionários públicos, artesãos urbanos e os camponeses. Elementos desta vertente sobrevivem nos poros da sociedade e são constantemente destruídos pelo avanço do modo de produção capitalista. A segunda surge no interior da modernidade "ocidental", seja a partir do desenvolvimento da antiga pequena burguesia, seja a partir da decadência de pequenos capitalistas, seja a partir de *proletários atingidos pela pauperização e o desemprego*, muitas vezes ligada a modernas forças produtivas como instrumentos sofisticados de trabalhos manuais, máquinas agrícolas, computadores e conhecimentos técnico-intelectuais especializados. Ambas se encontram e se fundem ao materializarem a sobrevivência e a reprodução de relações sociais não-capitalistas. A dubiedade da pequena burguesia, cuja ontologia é a síntese social de elementos desagregados no modo de produção capitalista, a propriedade e o trabalho, é accentuada pela sua perspectiva incerta e contraditória. Preenche os poros do mercado burguês como pequenos industriais e prestadores de serviços mais variados. Dissipa-se no processo de proletarianização de sua camada inferior e de aburguesamento de sua camada superior. Alimentase de instabilidade do pequeno capital. Sobrevive como reserva de mão-de-obra no campo e na cidade, sempre ampliando seus contingentes nos momentos críticos de desemprego e pauperização. Cresce a sombra dos grupos monopolistas financeiros, prestando-lhes serviços de pequena dimensão e até mesmo constituindo uma indústria institucionalizada de operadores. Renasce com a estrutura "ocidental" de demanda, através de uma rede vasta de pequenas empresas especializadas no reparo de bens de consumo duráveis que os grupos monopolistas financeiros produzem e integram no modo de vida das massas, mas cuja manutenção julgam econômica e tecnicamente inviável. Bifurca-se enquanto camponês, uma parte aderindo à modernidade "ocidental" altamente produtiva e mercantil, outra vegetando na subsistência. E se espalha pelos escalões intermedia-

rios das ^{das empresas e} empresas privadas e órgãos estatais.

2. Podemos distinguir três camadas na pequena burguesia urbana. A primeira trabalha individualmente, não emprega mão-de-obra assalariada e, portanto, não extrai mais-valia. É representada pelos trabalhadores independentes que realizam a produção material consubstanciada em mercadorias concretas ou recuperam parcialmente o valor através de reparos, como sapateiros, marceneiros, joalheiros, doceiras, costureiras, pedreiros, eletricitistas, bombeiros, mecânicos, artistas plásticos, fogueteiros, tapeceiros, oleiros, mecânicos, jardineiros e pescadores. Que produzem uma mercadoria consumida concomitantemente ao processo de trabalho, como médicos, enfermeiros, professores particulares, músicos e cantores. Que adicionam valor às mercadorias, como donos de caminhão, caminhonetes e chapas. Que prestam serviços, como motoristas de taxi autônomos, pequenos comerciantes, camelôs, agentes imobiliários e advogados, para ficar apenas nestes exemplos. Na esmagadora maioria, estes pequenos-burgueses não institucionalizam sua condição ou montam empresas sem constituição jurídica definida. Todavia, multiplicam-se as empresas constituídas juridicamente como firma individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

3. A segunda, ou camada superior, utiliza trabalho assalariado, via de regra combinado com o trabalho familiar. Os operários que assalariam, de 1 a 3, todos ligados à produção, não produzem a massa de mais-valia suficiente para liberá-la do trabalho manual. Mas possibilitam a existência de um tempo parcialmente livre, que será utilizado na supervisão embrionária do processo produtivo, na execução de funções não produtivas e para melhorar o padrão de vida. Neste caso, o pequeno burguês já pratica a exploração, mas o que predomina na constituição de sua renda é o trabalho próprio.

4. Em 1980, 1.514.057 pequeno-burgueses urbanos possuíam firmas e empregavam 2.815.420 trabalhadores, entre assalariados e não remunerados, uma média de 1,86 por estabelecimento. Cerca de 879.220 destas firmas, 58,01%, não possuíam assalariados, contando apenas com o trabalho de seus proprietários e a ajuda eventual de mão-de-obra não remunerada, em geral familiares. Considerando a mão-de-obra não remunerada, cerca de 607.053 pessoas, e ainda os demais trabalhadores independentes sem empresas constituídas, teremos 6.986.210. Fazendo uma projeção para 1983, a pequena burguesia urbana que realiza um trabalho independente, apenas com a ajuda de familiares não remunerados, sem o concurso de mão-de-obra assalariada, tendo ou não firmas constituídas, pode ser quantificada em cerca de 7.718.600 trabalhadores. A camada superior da pequena burguesia urbana, que extrai mais-valia empregando mão-de-obra assalariada, fica em torno de 689.430.

5. A terceira camada, ou pequena burguesia assalariada, em geral composta de intelectuais especializados na organização produtiva e na administração, não realiza um trabalho parcelar, mas sem dúvida é constituída de trabalhadores produtivos ou úteis. Ao mesmo tempo, distinguem-se do proletariado na medida em que não é propriamente explorada, recebendo salários e praticando um estilo de vida superiores. Por outro lado, diferentemente da pequena burguesia tradicional, não detém a propriedade jurídico-formal nem a posse econômico-real dos meios de produção, e muito menos das mercadorias finais. Mas realiza o controle parcial do processo de trabalho coletivo enquanto seu organizador. Assim, por ser composta de trabalhadores, por controlar parcialmente o ciclo de reprodução do capital, por deter o fruto de seu trabalho ou valor equivalente quando em setores improdutivos, não produzindo mais-valia, os membros dos escalões intermediários das empresas e do aparelho de Estado, constituem uma camada da pequena burguesia. Contudo, a pequena burguesia técnico-intelectual assalariada tem, teoricamente, um limite inferior preciso, a quem do qual passa a ser explorada e a se integrar no proletariado, e um limite superior, além do qual se transforma em burguesia gerencial. Longe de uma "coisa" empírica, trata-se

da relação social que a envolve. O salário inferior ao valor criado por sua força de trabalho a colocaria na condição de produtora de mais-valia. O salário muito além deste valor transformaria em fator dominante a mais-valia originada do proletariado e embutida no salário. Historicamente, as condições sociais de existência da pequena burguesia assalariada são postas concretamente pelo processo de acumulação, quando instaura uma alta composição orgânica de capital, pelas novas tarefas do Estado burguês, quando se funde aos monopólios, e pelo surgimento do capital financeiro. Tais condições se afirmam através da exigência de quadros técnico-intelectuais cujo preço da força de trabalho se equipara, pelo alto valor de sua constituição e pelo padrão do mercado de trabalho, com o valor social que esta mesma força de trabalho pode criar. Em 73, os trabalhadores assalariados com formação técnico-intelectual de nível médio e superior, incluindo os que trabalhavam em áreas rurais, ultrapassava 5% do pessoal ocupado. Contudo, apenas 1,12% recebia o equivalente a 10 ou mais salários mínimos, incluindo a burguesia gerencial. A grande maioria ganhava uma verdadeira miséria, situação que paulatinamente se pronuncia no processo de diferenciação interna dos técnico-intelectuais. Projetando para 83, o contingente da pequena burguesia assalariada gira em torno de 500 000 pessoas.

X - O campesinato, fração rural da pequena burguesia

1. Os camponeses constituem a fração rural da pequena burguesia. Materializam a típica ligação pequeno-burguesa com os meios de produção, no caso a terra como o fundamental, articulada com a realização do trabalho individual e parcelário. A pequena burguesia rural possui três camadas principais: os camponeses sem terra, os camponeses proprietários e os camponeses ricos. Os camponeses sem terra são os parceiros, arrendatários e posseiros. As duas primeiras camadas são, na essência, exploradas de maneira idêntica: para realizar a produção parcelaria precisam estabelecer com o proprietário territorial uma relação social precisa e não-capitalista, a renda. Ao contrário dos proletários cuja força de trabalho é uma mercadoria e se encontram livres do ponto de vista burguês, isto é, livres para venderem a força de trabalho, os parceiros e arrendatários encontram-se vinculados à terra sobre a qual exercem uma propriedade econômico-real. Já os posseiros formam a camada dos camponeses que não têm a propriedade jurídico-formal, mas com a particularidade de não pagarem a renda territorial. Sobre as terras que ocupam inexistente qualquer propriedade jurídico-formal. Quando este tipo de propriedade se constitui a partir da grilagem, afirma-se a tradição com a propriedade econômico-real na forma de litígio e conflito aberto. De um lado, o latifundiário grileiro desejando consolidar a propriedade jurídico-formal, eliminar a propriedade econômico-real e desagregar o pequeno modo de produção pela expulsão dos posseiros. De outro, os posseiros contestando a propriedade jurídico-formal do grileiro e se recusando, seja a abandonar a terra, seja a pagar renda territorial, em particular a renda diferencial II sobre os frutos de seu trabalho de valorização da terra. A expressão "sem terra", consagrada pelo movimento camponês, é pertinente apenas no sentido de que os parceiros, arrendatários e posseiros não detêm a propriedade jurídico-formal da terra. A não-propriedade jurídico-formal combinada ao monopólio da terra, ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas, a fragilidade do mercado e a carência de capital-dinheiro, e a condição social básica para a relação de parceria e arrendamento. O conceito de relação aparece no singular porque se trata verdadeiramente de uma relação de produção única com base na relação social também única da renda. A diferença reside na forma: enquanto os parceiros pagam a renda em produtos, os arrendatários a pagam em dinheiro. Produtos e dinheiro podem ser reduzidos à sua essência econômico-social enquanto valor-trabalho. Mas não se trata de uma diferença fortuita ou desprezível. O arrendamento, ao estabelecer o pa

gamento da renda em dinheiro, representa uma forma superior e transitória que supõe a desagregação da cultura de subsistência e a produção precipuamente destinada ao mercado. Isto pode ser constatado empiricamente. Considerando os arrendatários e parceiros responsáveis por estabelecimentos autônomos, os primeiros eram, em 1975, 90,60% mais numerosos do que os segundos, todavia possuíam 202,68% mais tratores, colheitadeiras automotrizes, caminhões, caminhonetes e jipes, 289,36% mais animais mais de criação e trabalho, consumiam 142,95% mais energia, gastaram 224,12% mais adubos e corretivos, e pagavam 286,12% mais em salários. Se computados os parceiros dependentes, precisamente os mais pobres, que as estatísticas oficiais consideraram interiores aos estabelecimentos, a disparidade se multiplica.

2. De acordo com as estatísticas de 75, os arrendatários são 570.305 e 90,39% de seus estabelecimentos estão abaixo de 20ha. Os parceiros responsáveis por estabelecimentos autônomos são 299.212 e 92,02% deles controlam menos de 20ha. Os posseiros que ocupam até 20ha são 781.786, aos quais se somam mais 46.674 entre 20 e 30ha. Os demais camponeses constituem a multidão dos 561.336 parceiros e posseiros que praticam a agricultura parcelária no interior das propriedades dos latifundiários-rentistas e da burguesia rural. Em geral, os arrendatários, parceiros e posseiros praticam um trabalho familiar, no qual seus dependentes não são remunerados. No entanto, alguns já lançam mão do trabalho assalariado. Mas, enquanto camponeses, empregam apenas 1 ou 2 proletários, alguns a mais em momentos de roçado ou safra. Além deste padrão, a mais-valia possibilitaria o abandono do trabalho manual pela supervisão, surgindo o arrendatário capitalista.

3. Os camponeses proprietários, além da posse econômico-real da terra, detêm a propriedade jurídico-formal. Podem ser camponeses com pouca terra, camponeses médios ou camponeses ricos. Os camponeses com pouca terra possuem, com sua família, um excedente de força de trabalho, que tem como correspondente uma crise permanente no preenchimento de suas necessidades vitais e na reprodução do pequeno modo de produção. Assim, dificilmente utiliza trabalho assalariado e sua família vê-se obrigada a pagar a renda sobre terras adicionais ou a se proletarizar. Esta camada compreende a grande maioria dos minifundiários que detêm a propriedade jurídico-formal de estabelecimentos abaixo de 20ha, mas este teto pode crescer muito no centro-oeste e norte do país. Em 1975, possuíam cerca de 1.536.049 propriedades. Encontram-se submetidos a uma tripla exploração: quando pagam a renda diferencial sobre terras adicionais, quando praticam o trabalho assalariado temporário, quando se relacionam com a burguesia na esfera da circulação e do crédito.

4. Os camponeses médios se definem pela compatibilização entre a propriedade jurídico-formal e a propriedade econômico-real. Não lhes faltam terras e não lhes sobram terras para trabalhar. Não precisam estabelecer contratos de parceria e pagar renda, ou se proletarizarem, nem utilizarem mão-de-obra assalariada. Neste caso, o pequeno modo de produção adquire uma maior estabilidade, com forte inércia da cultura de subsistência. Nem por isto esta camada está numa ilha, a salvo da exploração, na medida em que vive no interior da sociedade capitalista e não pode fugir do domínio do capital na esfera da circulação. Em 1975, estes camponeses possuíam cerca de 558.745 estabelecimentos com propriedades entre 20 e 30ha, correspondentes ao chamado módulo familiar, limites que variam com as condições econômicas e naturais.

5. Os camponeses ricos são os pequenos proprietários que não só trabalham a terra com seus familiares, mas também ocupam o excedente de terra com mão-de-obra assalariada ou até, em casos raros, a parceria, extraíndo a mais-valia e a renda de um número de proletários ou camponeses insuficiente para desligá-lo do trabalho manual. No entanto, transfere parte desta mais-valia ou renda, e do próprio valor produzido pelo trabalho familiar, para a burguesia na esfera da circulação e do crédito. Constituem a camada superior do campesinato, justamente aque-

la que impulsiona para 39,79ha a área média dos estabelecimentos que ocupam menos de 5 pessoas. Aqui também não há um limite rígido. Uma família numerosa pode perfeitamente cultivar uma propriedade de 40, 50 ou 60ha, sem utilizar assalariados. Os camponeses ricos possuem 374.022 estabelecimentos com menos de 5 pessoas ocupadas e uma média de 1,27 assalariados. São responsáveis por boa parte dos 139.028 tratores, colhedoras automotrizes, caminhões, caminhonetes e jipes existentes nos estabelecimentos com menos de 20ha.

6. Ao todo, cerca de 4.600.000 camponeses. Restam ainda seus familiares que trabalham sem remuneração, girando em torno de 4.000.000 e compoem a multidão de 8.600.000 camponeses. São parentes de arrendatários, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e de assalariados que residem na propriedade, cujo trabalho familiar e parcelário joga um papel da maior importância. No pequeno modo de produção, contribui decisivamente para a produção da força de trabalho. No interior das empresas capitalistas, cultiva o terreno entregue à família camponesa e lida com pequenos animais, criando um valor que recompõe parcialmente o salário depreciado pela *extração de mais-valia absoluta*. Trata-se, portanto, de uma importante reserva do capital. De uma maneira mais ampla, a mesma função tem o pequeno modo de produção camponês. Para o capital, o campesinato ligado a terra é indispensável para reter no campo o exército de reserva de que necessita para depreciar a força de trabalho e mantê-la à sua disposição. Teoricamente, o trabalho camponês não compõe a essência do modo de produção capitalista, mas na formação

social concreta, ocupa um lugar no capítulo da reprodução do capital como fonte de mais-valia absoluta. Quando certos políticos burgueses, sobretudo do interior, criticam o êxodo rural e clamam pelo seu estancamento, não fazem mais que expressar o seu pânico com o esvaziamento do celeiro de sua riqueza.

7. A história da afirmação do capitalismo no campo não é se não a história da dissolução das formas inferiores de renda e do pequeno modo de produção. Esta dissolução, no seu curso centenar, complexo e original, é um processo que se desenvolve em quatro vertentes. A primeira é a penetração exógena dos grupos monopolistas financeiros, de preferência no centro-oeste e norte, secundada pela ação do mecanismo único de *dominação*, que resulta na apropriação jurídico-formal de vastas extensões territoriais, a conhecida grilagem, para logo após apartar violentamente os posseiros de suas terras. Uma parte destes camponeses se proletariza e se integra na produção capitalista rural, outra se dirige às jovens e emergentes cidades da região para viver a pobreza das periferias, e a última se embrenha nas matas para novamente sonhar com o seu pedaço de terra e acordar sob o fogo cerrado dos jagunços. Assim é a expansão da fronteira agrícola. A segunda vertente é endógena aos latifúndios-rentistas e se encontra em estágio avançado nos estabelecimentos da burguesia rural. Trata-se da dissolução da produção parcelária, para instaurar uma produção de caráter social com base na proletarização dos parceiros e arrendatários e utilização do trabalho assalariado, seja permanente, seja temporário, da qual serve de exemplo o drama dos "boias-frias". Esta via, comum no sudeste e nordeste, assume a forma orgânica da substituição da cultura de subsistência pelas pastagens e introdução de rebanhos geneticamente apurados, ora da implantação da cultura do milho mecanizada, ora da plantação de grandes cafezais, ora da própria reciclagem das culturas tradicionais com base em tecnologias modernas. A terceira via, comum no sul, sudeste e nordeste, é a desagregação da pequena propriedade territorial e a proletarização dos membros das famílias dos camponeses. A desagregação do trabalho familiar de subsistência é instantânea quando se trata de camponeses com pouca terra, pela própria contradição entre o crescimento da família e a escassez de terras. Contudo, esta presente também entre os camponeses médios e ricos cujas terras, além de pequenas, têm sua fertilidade exaurida por uma cultura tecnicamente atrasada e pela ausência de recursos materiais de recuperação, vê-se esfacelada pelo mecanismo da he

rança, alvo da cobiça da burguesia rural que acaba por centralizá-la progressivamente, objeto da ganância do grande comércio atravessador e dos bancos e também pela proletarização dos jovens. E, finalmente, a quarta via, representada pela evolução dos arrendatários e camponeses ricos rumo à produção mercantil. De simples pagadora de renda ou produtora da subsistência, uma faixa dos camponeses ricos, apoiando-se na poupança familiar, na extração de mais-valia, nos recursos naturais, nas vantagens da comunicação e na proximidade do mercado, consegue sair do círculo vicioso da cultura de subsistência. O primeiro passo é romper com o processo natural e produzir, não o bem de que necessita, mas precipuamente mercadoria. O segundo passo é incorporar as forças produtivas avançadas e aumentar a produtividade do trabalho. Nesta fase, o camponês se transforma no "capitalista de si mesmo" no sentido de que produz excedente para o mercado com base na produtividade do próprio trabalho multiplicada pelo investimento de capital-dinheiro em máquinas, adubos, sementes e animais selecionados. Já não faz parte do antigo campesinato herdeiro da tradição do colono, com suas raízes cravadas nas relações que precederam a produção capitalista, mas de um campesinato de novo tipo, "ocidental", uma espécie de "farmer" nativo. Um exemplo é a plantação de soja no nordeste paranaense. O último passo será o aumento da utilização do assalariamento, produzindo a mais-valia necessária para se dedicar às funções empresariais, e a ampliação das terras para o cultivo através da compra ou simples arrendamento. Mas todo este processo é lento, condicionado pelo monopólio da terra e outros traços "meridionais". Se o desenvolvimento do capitalismo no campo, com o enfraquecimento do campesinato e do latifúndio-rentista, e a ascensão do proletariado rural ao primeiro plano, é o dado fundamental a ser considerado, a luta do campesinato ainda terá por muito tempo uma importância decisiva para a revolução socialista.

XI - O proletariado urbano e rural

1. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com seu ingresso na modernidade "ocidental", expropriou a grande maioria da população economicamente ativa, hoje composta por trabalhadores despossuídos, que se relacionam com o capital como uma "coisa" estranha e hostil, possuem apenas a própria força de trabalho e são obrigados a vendê-la para se manterem e se reproduzirem enquanto trabalhadores. Encontram-se, portanto, "livres" do ponto de vista jurídico-formal, como celebra a ideologia liberal. "Livres" da propriedade dos meios de produção. "Livres" para se afirmarem como "pessoas" através da atividade universal do mercado, no qual sua força de trabalho é a mercadoria maior. O processo de desagregação do trabalho pequeno-burguês afirma o antagonismo fundamental da formação social brasileira, a contradição entre o caráter social do trabalho e o caráter individual da apropriação. Concomitantemente, a subordinação formal do trabalho ao capital, representada pela eliminação do vínculo entre os produtores diretos e a propriedade dos meios de produção, com o assalariamento universal, engendra o processo de subordinação real do trabalho ao capital, representada pelo desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas e a socialização do processo produtivo. Com base nestas contradições, o país vive o capítulo da luta irreconciliável entre a grande maioria da nação, os trabalhadores despossuídos, que vive na escravidão assalariada, e uma minoria de privilegiados, que pratica a exploração capitalista, capitaneada pelos parasitas da oligarquia financeira.

2. O proletariado é a classe dos trabalhadores assalariados que produzem mais-valia ou cujo trabalho útil possibilita aos capitalistas a apropriação de uma aliquota da mais-valia produzida na sociedade. Portanto, o proletariado abarca os trabalhadores produtivos e os trabalhadores improdutivos. Frequentemente se confunde trabalho produtivo com trabalho manual capaz de produzir mercadorias. Há trabalhadores que produzem mercadorias e não realizam trabalho produtivo, como várias ca

madas pequeno-burguesas urbanas e o campesinato. Do ponto de vista do capital, e se trata de trabalhadores na sociedade capitalista, trabalho produtivo é tão somente aquele que produz mais-valia. Há também trabalhadores técnico-intelectuais que participam indiretamente da produção material enquanto seus organizadores e, por receberem salários inferiores, produzem mais-valia. Há finalmente trabalhadores intelectuais que não participam da produção material, como médicos e professores de hospitais e escolas empresariais, e podem produzir mais-valia. O ponto de vista vulgar, alimentado pelo neo-positivismo, comete um erro de fundo ao conceber as mercadorias como uma simples "coisa" e não como produto de uma relação social. Como resultado, eliminam a fronteira de classe entre o proletariado e os trabalhadores manuais pequeno-burgueses, incluindo o campesinato, alimentam preconceitos contra a camada proletária da intelectualidade, e abrem as portas para a teoria burguesa segundo a qual o proletariado estaria sendo gradualmente extinto pelo capitalismo contemporâneo e substituído pela "classe média". Na verdade, a modernidade "ocidental" realça a natureza de classe do proletariado frente aos trabalhadores pequeno-burgueses, incorpora extensas camadas da intelectualidade a produção de mais-valia, desenvolve o proletariado de serviços e universaliza o caráter mercantil da força de trabalho.

3. Em 83 havia, no país, 50.940.700 "pessoas economicamente ativas". Segundo as estatísticas oficiais, 2.474.200 estavam "procurando emprego". Este número não representa o lumpesinato. Na realidade, é preciso aumentá-lo se quisermos abarcar os desempregados que não fazem a "via-crucis" da procura de emprego e vegetam em casa, vivem de favores familiares ou praticam biscates passageiros. E ainda mais se a ele incorporarmos as massas empurradas a ocupações marginais como a criminalidade, a contravenção e a prostituição, ou simplesmente amargando a mendicância. Em 83, 95,86% das "pessoas ocupadas" eram trabalhadores, um total de 46.461.531. Destes, 26.029.399 eram proletários urbanos, 4.978.201 eram proletários rurais, cerca de 8.908.030 eram pequeno-burgueses urbanos e cerca de 8.099.353 eram camponeses. Não é possível quantificar o lumpesinato. O proletariado urbano tem uma estrutura interna complexa, na qual se articulam as seguintes camadas: o proletariado produtivo da esfera material, o proletariado produtivo técnico-intelectual e de serviços, o proletariado improdutivo e o semi-proletariado urbano. Por sua vez, o proletariado rural se classifica em proletários permanentes, proletários volantes e semi-proletários rurais.

4. O proletariado produtivo da esfera material urbana, ou classe operária industrial "strictu sensu", é composto pelos trabalhadores assalariados que produzem mais-valia no processo de produção de bens materiais. Inclui o proletariado das indústrias pesadas ou de bens de produção: extração de matérias-primas minerais e vegetais, petróleo e derivados, máquinas e equipamentos, materiais de transporte rodoviário, ferroviário, aeronáutico e naval, materiais de comunicação, química, energia elétrica, metalurgia, materiais de construção, aparelhos de precisão, computadores, têxteis, construção civil, energia elétrica e outros. Esta camada, além de altamente concentrada, tem elementos de formação elevada que dominam as tecnologias de ponta e é responsável pelo funcionamento do coração do capitalismo através da produção de mercadorias que inteira ou parcialmente se destinam a compor o capital constante das empresas. O proletariado produtivo da esfera material inclui também o proletariado das indústrias de bens de consumo duráveis, como equipamentos eletrodomésticos e militares, o proletariado das indústrias de bens de consumo não-duráveis, como roupas, alimentos e água, o proletariado das indústrias de estocagem e transporte, e o proletariado rural. Justifica-se a inclusão dos operários das indústrias de estocagem e transportes no proletariado produtivo da esfera material. Enquanto a produção de bens materiais representa a transformação da matéria-prima em outro bem, portanto uma mudança interna ao objeto do trabalho, a estocagem transforma a situação temporal de um bem e o transporte transforma sua situação espacial. O trabalho demandado nes-

sistema financeiro como um todo.

7. O proletariado rural é constituído pelos trabalhadores produtivos da esfera material no campo. Tem duas camadas, os assalariados permanentes e os temporários, além de englobar os semi-proletários rurais. Os primeiros são fixos nas propriedades agrícolas, e sujeitos à mesma instabilidade que atinge o proletariado urbano, apenas agravada pelo grau mais elevado de opressão. Os segundos, no entanto, distinguem-se por não venderem sua força de trabalho a um mesmo capitalista, mas por migrarem de fazenda em fazenda, seccionando sua participação no processo produtivo e vivendo uma situação de insegurança e alienação muito maior. Ocorre que o processo produtivo rural tem seu ritmo alterado, por fatores naturais, transformando a existência de um capital variável de composição permanente em fator de rebaixamento da taxa de lucro. Esta contradição é agravada quando se configuram dois fenômenos: uma ampla subordinação formal do trabalho ao capital, desagregando as relações de arrendamento e parceria e gerando vastos contingentes de mão-de-obra "livre" flutuando no mercado de trabalho, e uma débil subordinação real do trabalho ao capital, escravizando o próprio lucro burgueses aos fatores naturais e aos ciclos sazonários da produção. Em 75, havia 1.553.097 operários permanentes e 1.696.865 volantes. Em 1983, a soma das duas camadas subia a 4.978.201, nada menos que 53,18% em apenas 8 anos, enquanto o número de pessoas ocupadas caía 9,2% entre 1977 e 1983 e 12,48% entre 1973 e 1983. Estes números indicam o nível de desagregação do campesinato e o avanço do modo de produção capitalista. De fato, de 1979 a 1983, o número de camponeses, incluindo os familiares que trabalham sem remuneração, retroagiu 7,7%, enquanto o número de proletários rurais avançou 5,97%. Mais significativamente ainda, além da mudança relativa na posição de operários e camponeses, é a nova fase do desenvolvimento do capitalismo no campo, marcado pelo recuo absoluto do número de trabalhadores, operários e camponeses somados, na escala de 2,79%. De maneira mais abrangente, o conjunto formado pelos latifundiários rentistas, burgueses, operários rurais e camponeses, inclusive os seus dependentes que trabalham sem remuneração, entre 1973 e 1983, caiu relativamente de 40,8% para 27,1% e absolutamente de 15.007.178 para 13.134.421. A modernidade "ocidental" emerge na cidade la "meridional".

8. A desagregação dos extratos inferiores da pequena burguesia urbana e rural, se no sentido histórico geral aponta inequivocamente para a universalização das relações de produção capitalistas e o crescimento relativo e absoluto do proletariado, aproximando a aparência do capitalismo de sua essência, no processo concreto gera uma camada intermediária de transição semi-pequeno-burguesa, semi-proletária. Quando a desagregação é tênue e ainda experimenta seus momentos iniciais, os membros desta camada produzem e vivem fundamentalmente como pequeno-burgueses. É o caso dos camponeses, sobretudo com pouca terra e parceiros, que vez por outra realizam trabalho assalariado temporário. Na cidade, este processo é mais raro, pois os vínculos empregatícios são mais formais, embora vez por outra o camelô, o artesão ou o pedreiro independente trabalhem algumas semanas na construção civil ou no comércio, setores onde a mão-de-obra é mais flutuante. São pequeno-burgueses em fase de proletarização. Todavia, quando a desagregação se pronuncia, os trabalhadores se afastam das condições de vida e trabalho pequeno-burguesas, passam a reproduzir sua força de trabalho basicamente através do salário e dão o salto de qualidade rumo às fileiras do proletariado. São filhos de camponeses que apenas moram na propriedade mas trabalham fora como assalariados a maior parte do ano, são parceiros que passam a trabalhar predominantemente como operários rurais. Nestes casos, a camada dos assalariados temporários, que melhor permite o desenvolvimento das formas intermediárias, é a via de acesso mais geral. Na cidade, ocorre um processo similar. É óbvia a diferença que se estabelece quando o pedreiro deixa de praticar um trabalho parcelário, de cobrar pela totalidade de seu trabalho, de "pegar" uma empreitada, e

passa a vender sua força de trabalho para uma empresa de construção civil. Mas pode haver um momento intermediário, mais ou menos duradouro, cuja compreensão exige mais sutileza. Trata-se da oportunidade em que o pedreiro passa a trabalhar como assalariado não para uma empresa, mas para um particular para quem os frutos do seu trabalho não é uma mercadoria destinada ao mercado, mas um bem a ser consumido. Neste caso, a força de trabalho já é uma mercadoria, mas o produto da força de trabalho ainda não. Também ocorre o mesmo fenômeno com a empregada doméstica. A sua força de trabalho é uma mercadoria. Mas, diferentemente das cozinheiras de restaurante, a comida não adquire o conteúdo de mercadoria, mas permanece como um simples serviço. Tanto o pedreiro como a empregada doméstica, nesta forma transitória em que ainda realizam um trabalho parcelário não subordinado realmente pelo capital, geram valor mas não criam mais-valia. Esta camada transitória, apanhada num momento de equilíbrio entre duas condições de classe, deve ser definida pelo sentido geral do processo. Constituem assim, o semi-proletariado, camadas inferiores do proletariado urbano e rural.

9. A revolução técnico-científica, a estrutura "ocidental" de demanda, o surgimento do capitalismo de Estado e o desenvolvimento do capital financeiro provocam importantes modificações na estrutura horizontal e vertical do proletariado. Nota-se um vigoroso crescimento de suas camadas urbanas, particularmente dos trabalhadores do comércio e da administração pública, atendendo ao consumo de massa e ao desenvolvimento do aparato estatal. Mesmo com um recuo da indústria de bens materiais entre 1979 e 1983, atípico e creditado à crise de 81-83, os operários metalúrgicos aumentaram, entre 1975 e 80, de 442.726 para 531.729, nada menos que 20,01%. A tendência geral do desenvolvimento do capitalismo no Brasil aponta para o crescimento absoluto e relativo do proletariado, em particular de suas camadas técnico-industrial e de serviços, bem como para a continuidade do processo de proletarianização da camada inferior da pequena burguesia urbana. Aponta também para o crescimento da classe operária industrial, sua união com base no trabalho comum, sua concentração nas grandes fábricas, a socialização de sua experiência de luta ao deslocá-la de uma fábrica à outra e por diferentes ramos da produção. Ao mesmo tempo, afirma-se a tendência à diminuição da importância relativa dos operários não-qualificados frente aos semi-qualificados e altamente qualificados. As novas condições técnicas da produção capitalista, ao exigirem dos trabalhadores uma maior qualificação, determinam a sua intelectualização. Este fenômeno resulta em condições mais favoráveis à elevação do nível de consciência do proletariado. Contrastando com a concepção que vê o revolucionário como um franciscano, cultiva a miséria e estranhamente valoriza a ignorância, constitui-se no Brasil uma ampla intelectualidade operária capaz de assimilar e difundir em toda a classe as ideias da revolução socialista e do comunismo.

TERCEIRA PARTE:

A DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL

1. O Estado burguês no Brasil, na medida do desenvolvimento do capitalismo, se desenvolveu num duplo sentido. De uma parte, o seu agigantamento e complexificação, e de outra, a sua conformação como uma estrutura autônoma, separada da sociedade, e, em seguida, como órgão do capitalismo monopolista de Estado. A partir da instauração da ditadura militar, acelerou-se o processo de monopolização capitalista que deu origem a oligarquia financeira e resultou na fusão dos monopólios com o aparelho estatal, dando origem a uma síntese superior, infinitamente mais poderosa, o mecanismo único da dominação burguesa. Desde então compõem o bloco dominante a burguesia e os latifundiários rentistas - estes últimos num lugar secundário, marginal - sob a hegemonia da oligarquia financeira associada ao imperialismo. As tarefas históricas do Estado, de garantidor da "ordem" e promotor do desenvolvimento do capitalismo, adicionou-se uma outra, a de continuar promovendo este desenvolvimento de acordo com os interesses particulares da oligarquia financeira. A fusão dos monopólios com o aparelho estatal significando não redução do político ao econômico, mas a dominância do político, no qual a burguesia passou a apoiar-se para submeter a seus desígnios as leis da economia. O Estado incorporava a função de planejamento econômico, nos limites possíveis sob o modo de produção capitalista, aí compreendido o controle dos fatores de crise. O progresso burguês, que no Brasil jamais fora espontâneo, trouxe consigo os métodos de regulação econômica próprios do capitalismo monopolista.

2. Nessas condições, o aspecto mais relevante da dominação burguesa no Brasil está no seu caráter antidemocrático. Trata-se de uma forma de dominação típica de uma sociedade capitalista monopolista dependente e de Estado que chegou ao capitalismo através não de uma via democrático-popular, mas da via "meridional". Uma sociedade que se desenvolveu reapropriando-se das velhas formas de dominação, recicladas e adaptadas às novas, para produzir uma resultante sempre mais eficaz e complexa. É este o fio condutor do seu trajeto, da genese à atualidade. Por isso, seu elemento-chave é o aparato burocrático mais estreito do Estado - o governo, a burocracia civil-militar, o legislativo, o judiciário etc - que chamaremos de sociedade política, com a função predominante de exercício da coerção, e não a sociedade civil - os partidos, a Igreja, o sistema escolar, os meios de comunicação de massas, os sindicatos etc -, com a função precípua de exercício da hegemonia. O que ocorre é a hipertrofia da sociedade política em relação a sociedade civil e a tutela desta por aquela, a máquina de força do Estado se constituindo, assim, no cerne do poder que subordina todas as demais instituições, com um amplo raio de ação tutelar - sobre a economia, a política, a ideologia, a cultura etc. Trata-se de um mecanismo único de dominação, sob controle estrito da oligarquia financeira. De conformidade com isso, na sociedade civil subordinada, sobressaem-se as formas impositivas de convencimento, notadamente meios eletrônicos sofisticados de comunicação de massas. Em resumo, uma forma de dominação distinta da democracia burguesa clássica, mesmo em sua expressão contemporânea, de que são exemplo as democracias burguesas europeias. Nesta, uma sociedade civil articulada - dotada inclusive de partidos operários autônomos - tende a relacionar equilibradamente com a sociedade política. Não nos termos concebidos pelos liberais, enquanto uma sociedade civil ~~externa~~ ao Estado, ou pelos eurocomunistas, enquanto uma hegemonia capaz de neutralizar os aparatos de coerção, autorizando a tese da "democracia progressiva", da transição para o socialismo pelo caminho pacífico. Mas nos termos de um Estado que é a síntese de força e consenso, elementos articulados ~~em~~ autônomos. Uma autonomia relativa da sociedade civil em face da sociedade política, conferindo à dominação burguesa uma conformação democrático-parlamentar. No Brasil, ao contrário, a opressão política aberta sobre as massas populares reafirma-se continuamente como método prioritário de dominação, inclusive nos momentos ditos mais democráticos. E, a he-

gemonia se realiza combinando, também como prioridades, a imposição ideológica e a cooptação das lideranças populares e da intelectualidade pelo Estado. Num e noutro caso - reprimindo ou massificando/cooptando - um único objetivo: privar as classes dominadas, em particular a classe operária da capacidade de se constituírem como classes politicamente autônomas. Por tudo isso, uma forma de dominação em que pontifica a instituição militar, não só como viga-mestra de sustentação do Estado, mas como partido número um da burguesia.

3. Um dos momentos decisivos no processo de concretização dessa forma particular de dominação localiza-se na sua própria gênese: a formação do Estado burguês no Brasil, entre os anos de 1888 e 1891, envolvendo a "Abolição", a proclamação da República e a promulgação da primeira Constituição republicana. O traço específico dessa revolução política consistiu em que não teve à sua frente uma vanguarda de tipo já cobino, apta a criar e dirigir um bloco das classes populares com base num programa radicalmente anti-escravista, antilatifundiária e antimonárquico. A classe operária, a rigor, tal como a burguesia, ainda não se havia constituído sequer no plano das relações econômicas. E a baixa intelectualidade pequeno-burguesa, dirigente da revolução, revelou-se incapaz de articular as lutas das massas escravas e dos trabalhadores autônomos, urbanos e rurais, num todo único voltado para a destruição do Estado escravista e construção, a partir daí, de um novo Estado. Ao invés, omitiu-se em relação à questão da propriedade latifundiária e restringiu sua ação à propaganda "abolicionista" e antimonárquica, à organização de formas defensivas e dispersas de luta de massas e, no extremo, a intervenção armada isolada por meio do seu segmento militar, a oficialidade republicana do Exército imperial. Em síntese, uma revolução política em que as massas populares desempenharam um papel meramente auxiliar, que não se direcionou para um ataque frontal ao Estado e que, ao contrário, operou "pelo alto" e "por dentro" da velha ordem política, visando apenas reorganizá-la em novos moldes. Um exemplo típico de revolução passiva na acepção gramsciana do termo.

4. O resultado foi, ao invés de uma república democrática, o estabelecimento de uma república oligárquica. Quem emergiu a condição dominante não foram classes populares sob direção burguesa, mas o bloco formado pela "nova" oligarquia latifundiária e pelo grande capital comercial, sob a hegemonia da primeira, com o apoio da intelectualidade tradicional vinda da velha classe dos senhores de escravos. Assim, em lugar do voto realmente universal, teve-se um voto restritivo, que excluía estrangeiros e analfabetos - maioria da população - e possibilitava a manipulação eleitoral dos camponeses votantes por meio do "coronelismo". E, em lugar de um regime de liberdades políticas, a inexistência de direitos elementares, como o de organização partidária e sindical, de reunião e manifestação etc. Ou seja, teve-se a exclusão das massas populares da vida política, a redução da atividade política às disputas inter-oligarquicas e a repressão aberta como modo principal de relacionamento do Estado com o povo. Uma forma de dominação que, sustentada pela ideologia elitista da "democracia dos letrados", dispensava e impedia o desenvolvimento da sociedade civil e trazia ao primeiro plano a sociedade política e seus aparatos de força. Tanto as classes adversárias como as aliadas da oligarquia viam-se impedidas de se constituírem enquanto classes autônomas, limitando-se o mundo da política ao mundo da burocracia estatal.

5. Idêntico tipo de transição - "pelo alto" - verificou-se quando, falida a república oligárquica, abriu-se o caminho para o progressivo e completo domínio da burguesia. Tolhida pela debilidade econômica e pela opressão política, e prostrada na defensiva político-ideológica pelo corporativismo anarco-sindicalista, a classe operária mostrou-se despreparada para dirigir as demais classes populares, empreendendo um ataque frontal ao Estado burguês. A saída para a crise veio, ainda uma vez, da iniciativa política da intelectualidade pequeno-burguesa. Como antes, não com base num programa democrático-radical e por meio da mo-

bilização independente das massas populares, mas de uma aliança entre a pequena burguesia urbana e dissidências oligárquicas, reservando-se às massas, novamente, um papel meramente auxiliar. Assim, a chamada Revolução de 30, chefiada pela média oficialidade do Exército burguês, produziu tão somente uma recomposição do bloco dominante e uma reforma da máquina estatal. Fixou um pacto de compromisso burguês-oligarquico - dependente do imperialismo - e instituiu um Estado nacional autônomo, centralizado e dotado de uma estrutura crescentemente complexa, com a função de promover - e com "paz social"! - o desenvolvimento do capitalismo. Portanto, produziu não uma república democrática, mas um outro tipo de república oligárquica. As liberdades políticas continuaram ou restringidas ou drasticamente suprimidas. Os aparatos de força do Estado, em particular o aparato policial-militar, foram fortalecidos e a repressão política aperfeiçoada. Seu alvo: todas as classes populares, em particular a emergente classe operária. A esta, como aos demais adversários, ainda os fortes bloqueios a que se constituísse como classe politicamente autônoma. Mais do que aos adversários, ainda as limitações ao desenvolvimento das instituições políticas e culturais, mesmo que burguesas, com autonomia relativa em face do aparato mais estrito do Estado. Noutras palavras, ainda as restrições ao desenvolvimento da sociedade civil. O caráter fictício, inalterado, da universalidade do voto circunscrevia a função dos partidos burgueses e oligárquicos a mera distribuição de postos no aparelho de Estado. E os sindicatos, admitidos apenas como órgãos oficiais, se constituíram enquanto mais um ramo da máquina estatal. Já que era impossível barrar o impulso espontâneo do crescente proletariado à unidade e à organização, que então se institucionalizasse uma estrutura sindical dentro do próprio aparelho de Estado, de acordo com a ideologia do "Estado protetor", amplamente difundida e acatada. Desse modo, a ~~burguesia~~ esperava ainda - como de fato ocorreu - dispor de uma base social para enfrentar vantajosamente as disputas internas com a oligarquia latifundiária sua aliada. Ou seja, criava-se o movimento sindical de Estado e, com ele, a dominação burguesa no Brasil incorporava um novo componente: a cooptação dos "de baixo" como forma decisiva de concretização da hegemonia. Através de uma via antidemocrática compensava-se a ausência de uma expansão da sociedade civil em relativa harmonia com a sociedade política. Ocorreu que, ao promover a partir "do alto" o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, o Estado subordinou a si o desenvolvimento de toda a superestrutura.

6. Mas essa integração das massas à política por dentro do Estado, se por um lado reduziu as possibilidades de constituição da classe operária enquanto classe politicamente autônoma, por outro, acabou condicionando o fim da própria república populista. O desenvolvimento do proletariado e da sua luta de classe terminou por se transformar num fator decisivo de crise da dominação burguesa. O grande movimento de massas pelas "reformas de base", durante o governo Goulart, envolvendo numa luta única o proletariado, o campesinato e a baixa pequena burguesia urbana, assinalou o momento final dessa crise. A classe operária, submetida à hegemonia burguesa pela via do populismo, estava impotente para dirigir e tornar vitorioso aquele movimento. Aproveitando-se disso, a burguesia, que só tinha interesse em derrotá-lo, o fez derrubando o próprio governo, com o que deu cabo à sua já imprestável república populista. A "garantia da ordem", sua nova e principal consigna imediata, requeria a mudança da forma mesma de dominação. Impunha-se a necessidade de quebrar o movimento popular e reorganizar mais uma vez o Estado para a promoção de interesses urgentes do capital. Nasceu a ditadura militar.

7. O novo regime levou ao paroxismo a particularidade mais relevante da dominação burguesa no Brasil: seu caráter antidemocrático. De início, para quebrar pela força o movimento popular por "reformas de base". Mas, cumprida essa fase, não ocorreu aos promotores do golpe voltarem à situação anterior. Em seu programa estava inscrita uma nova

missão do Estado: promover a monopolização dependente do capitalismo. Era o que ditavam os interesses da nova fração de classe hegemônica, os segmentos mais dinâmicos do capital, brasileiros e estrangeiros, embrião da oligarquia financeira. Essa transformação requeria uma vigorosa intervenção a partir "do alto", de um aparelho estatal ainda mais centralizado, complexo e apto a operar com a maior desenvoltura na esfera da economia. Requeria também a institucionalização de uma nova forma, especial, de opressão política. Não só para fixar uma linha de proteção contra as forças que sonhassem com a restauração do populismo como para fazer face à exacerbada polarização de classes inerente ao processo de monopolização dependente. O proletariado tendia a crescer e concentrar-se, assim como a camada inferior da pequena burguesia, com inevitáveis implicações políticas. Tanto mais porque um dos requisitos da monopolização dependente seria a super-exploração forçada - política - da força de trabalho. O movimento de consolidação da ditadura militar assumiu assim a forma de um processo continuado de desarticulação (ainda maior) da sociedade civil e da sua (ainda maior) subordinação a sociedade política. A supressão real do voto universal tornava as eleições uma farsa, os partidos uma "inutilidade" e o Congresso um simulacro de parlamento. Os sindicatos, limitando sua atividade ao assistencialismo e ao policialismo, esvaziaram-se inclusive da sua antiga função cooptadora de massas. Em contrapartida, o governo investia-se de todos os poderes. Não só se munia de meios inusitados de intervenção na economia como de todo um aparato policial-militar, tecnologicamente sofisticado, a quem reservou as tarefas de controlar os vários ramos da máquina estatal e submeter a sociedade civil. A dominação burguesa se apresentava assim como força numa expressão quase pura. O Estado militarizou-se e as Forças Armadas passaram a cumprir o papel de partido político único do capital, com base na doutrina da "segurança nacional", de acordo com a qual a sociedade vive sob a ameaça permanente de "guerra fria", em decorrência da ação do "inimigo externo" que atacaria por "vias internas". Muito ao contrário, portanto, do que ocorre nas democracias parlamentares da Europa, onde as instituições militares ocupam um lugar à distância, de retaguarda. Paralelamente, desenvolveu-se um aparato, também especial, de exercício da hegemonia político-ideológica, os grandes meios eletrônicos de comunicação de massas, monopolizados por uns poucos grandes capitalistas da estrita confiança do governo e colocados a serviço da "nova" ordem, num exemplo típico e extremo de aparatos impositivos e antidemocráticos de hegemonia. As classes populares restavam a marginalidade política ou a negação completa da legalidade. A ditadura militar, acelerando o processo de monopolização e a formação da oligarquia financeira, representou a via política de constituição do capitalismo monopolista de Estado.

8. A crise final da ditadura militar atestou que somente em condições especiais uma tal forma de dominação pode estabilizar-se duradouramente. Ao promover a monopolização dependente pela via da reação aberta, o regime foi progressivamente estreitando a base social do Estado. Além de bloquear o desenvolvimento de instituições capazes de estabelecer com relativa autonomia o consenso para as políticas do governo, ele tampouco desenvolveu os meios de cooptação dos elementos mais ativos das classes adversárias. Assim, a sua capacidade hegemônica estava estreitamente associada ao êxito de suas realizações econômicas. Na ausência destes, a partir do fim do "milagre", sobrava-lhe tão somente a força. Contudo, uma sociedade capitalista relativamente complexa não poderia ser governada duradouramente apenas pela força senão em estado de guerra civil - real ou potencial - permanente. O esgotamento do "milagre econômico" representou assim um golpe fatal para o destino da ditadura militar. Só lhe faltava perder a capacidade para realizar aquilo que era a sua razão primeira de existência: a capacidade de promover a "ordem". Mas esta capacidade estava posta em questão pela emergência da mobilização popular, em particular do movimento operário. A partir daí, as suas condições para coesionar a própria burguesia ficavam comprometidas. O fim da ditadura militar colocava-se na ordem do dia.

9. Mas a classe operária apresentava-se mais uma vez despreparada para reverter a crise em seu benefício. Ainda que, nos anos recentes, tivesse dado alguns passos no sentido de se constituir como classe politicamente autônoma, revelou-se subjetivamente despreparada para constituir-se em classe dirigente. Para retirar as massas populares da hegemonia da oposição liberal-burguesa e criar um bloco das classes dominadas sob a sua própria direção, orientado para um ataque frontal ao Estado burguês visando destruí-lo e fundar um novo Estado. Ao contrário, o que ocorreu foi uma vitória do oposicionismo conservador através de um acordo que unificava o conjunto da burguesia em torno de mais um programa de reforma do Estado. Ou seja, uma outra saída "pelo alto" consubstanciada na transição burguesa.

10. O novo regime político que a burguesia tenta agora estabelecer conserva assim todas as marcas fundamentais desse último século de dominação de classe. Limita-se a fazer retoques que ajustem o Estado às novas necessidades do capitalismo. É bem verdade que o voto universal foi instituído com restrições menores do que no passado, que foram alargadas as liberdades de organização partidária, de imprensa, de organização sindical, de reunião etc. Enfim, que a burguesia procura revestir a sua dominação com algumas formas consagradas da sua concepção de democracia. Busca garantir a sua própria unidade de classe e um combate eficaz à luta das classes adversárias através de meios, digamos, "civilizados". No entanto, o que se sobressai é o fato de que ela resiste a incorporar ao novo regime outras liberdades elementares. É o que revela, por exemplo, com a sua negativa de revogar o conjunto da legislação antidemocrática e desativar os aparatos de repressão política instituídos pela ditadura militar, de estabelecer o pleno direito de greve e de desconcentrar os mecanismos de intervenção do Estado na economia etc. Uma resistência que evidencia, mais uma vez, a sua determinação de manter inalterado o "lugar"-chave que o elemento força sempre ocupou na sua dominação. Para ela é essencial conservar a função subordinadora da sociedade política em relação à sociedade civil. É elucidativo que se empenha em manter as Forças Armadas na posição tutelar de responsáveis pela "ordem interna", co-participantes das decisões de governo e detentoras plenas do poder de intervenção. E, conseqüentemente, em conservar intocada, sob comando militar, a máquina sofisticada, complexa e gigantesca de repressão política desenvolvida nos vinte anos de ditadura. O dissenso continua sendo interpretado como sinônimo de desordem, como reza a doutrina de "segurança nacional", ainda uma doutrina oficial. Assim, as poucas liberdades instituídas pelo governo da transição não inauguram uma realidade capaz de ~~haver~~ a conformação de uma sociedade civil relativamente autônoma e articulada, em particular no que diz respeito às classes adversárias. Quanto à forma de concretização da hegemonia não há novidades significativas a registrar. O discurso liberal e a vigência de certas liberdades formais conferem maior capacidade hegemônica à burguesia. Mas continuam predominando a cooptação - agora, em larga escala, da intelectualidade pequeno-burguesa - e a utilização dos meios eletrônicos de comunicação de massas, ainda sob controle estrito do governo. Para as classes populares, o que ainda prevalece é a marginalização política. Temos, em síntese, um regime político que pode ser caracterizado como uma democracia dos monopólios sob tutela militar.

QUARTA PARTE:

CONCLUSÕES ESTRATÉGICAS

11. Com base nessa análise da formação social brasileira e na compreensão de suas contradições, torna-se possível elaborar os elementos estratégicos da revolução brasileira. O ponto de partida reside na sistematização das medidas necessárias à superação decisiva dos problemas do proletariado e demais classes e camadas populares e à construção de

uma nova sociedade em que sejam contemplados seus interesses e realiza dos seus anseios por uma vida melhor, sem exploração do homem pelo ho mem e sem qualquer forma de opressão política. Tais medidas constituem as tarefas da revolução brasileira. Pela complexidade da formação so cial do país e pela natureza da luta pelo comunismo, estas tarefas de vem não só incidir sobre o capitalismo de maneira imediata, mas abor dar uma temática ampla que abarque desde os traços "meridionais" até questões ligadas à modernidade "ocidental". Devem contemplar as múlti plas preocupações existentes nas classes populares e a universalidade de uma luta cujo objetivo maior é a desalienação e a libertação inte gral do próprio Homem. Nesta perspectiva, são tarefas da revolução bra sileira:

- a - conquistar a liberdade para o proletariado e as massas popula res;
- b - acabar com a dependência do país ao imperialismo;
- c - acabar com o jugo da oligarquia financeira e golpear decisiva mente o capitalismo;
- d - eliminar o monopólio da terra e a renda territorial;
- e - garantir uma vida digna para as massas populares;
- f - garantir a libertação integral da mulher;
- g - combater os preconceitos e todas as formas de discriminação;
- h - combater o conservadorismo na moral e nos costumes, a aliena ção e todas as formas de servidão espiritual;
- i - eliminar a exploração predatória do meio-ambiente;
- j - praticar uma política externa independente e a solidariedade internacional à luta do proletariado e dos povos;
- k - defender a humanidade.

12. O objetivo político estratégico central da classe operária é a fundação de um novo Estado. Uma simples reforma do Estado burguês, ain da que num sentido democrático, jamais poderá servir-lhe como base de apoio para atacar e transformar o conjunto das relações sociais, a co meçar pelas relações de propriedade. Coloca-se, assim, para a classe operária, a tarefa fundamental de unificar sob a sua direção o conjun to das classes populares, empreendendo um ataque frontal ao Estado bur guês visando destruí-lo. Este é o pressuposto fundamental para que pos sa erigir um outro tipo de Estado.

13. Esse novo Estado, quanto ao seu caráter de classe, terá que ser uma ditadura do proletariado. Dado que as relações sociais dominan tes na sociedade brasileira são as relações capitalistas, so um Estado com tal caráter poderá colocar-se a tarefa de ataca-las e transformá-las radicalmente. Ou seja, um Estado cuja base social seja constituída pelo bloco das classes populares sob a hegemonia da classe operária; um Estado que combine o exercício da democracia direta pelas massas com a criação de órgãos de representação do tipo Conselho, a partir das unidades de produção; e, fundamentalmente, um Estado em que a soci edade política - os meios de opressão sobre a burguesia - se subordine a uma sociedade civil articulada e complexa. Uma sociedade civil que concretize a hegemonia político-ideológica, ética e cultural da classe operária e expresse, ao mesmo tempo, a autonomia política das demais classes populares.

14. A definição da aliança de classes capaz de realizar o objeti vo político estratégico e as tarefas revolucionárias no Brasil passa pela análise do ser social empírico. Não se trata de situar as classes ou camadas que supostamente tenham um conteúdo revolucionário imanente. A revolução social se decide no terreno da luta política, da luta de classes. Trata-se de distinguir as classes e camadas que apresentam, na formação social brasileira, o potencial de cumprir um papel revolucio nário na luta política. As classes e camadas potencialmente revolucio nárias são precisamente aquelas que não integram o bloco no poder, en contram-se exploradas em sua própria existência social, e nada têm a perder com o fim do capital e da renda fundiária enquanto relações so ciais a não ser "os próprios grilhões". Estas classes e camadas são o

proletariado, incluindo o semi-proletariado, o campesinato, excluindo os camponeses ricos, e a pequena burguesia urbana, excluindo suas camadas superiores. O seu contingente abarcava 46.451.531 trabalhadores em 1983, representando 95,84% das "pessoas ocupadas", conjunto que nas estatísticas oficiais integra os capitalistas e latifundiários. As camadas superiores da pequena burguesia urbana e rural, embora não sejam potencialmente revolucionárias, fazem parte do campo popular. Afinal, são constituídas por trabalhadores, não compõem o bloco no poder, são muitas vezes exploradas na esfera da circulação e freqüentemente experimentam graves dificuldades econômicas, o que as aproxima dos explorados e oprimidos. Porém, ao mesmo tempo, temem perder seus privilégios. É o caso da pequena burguesia assalariada, cujos membros não raro desfrutam de uma quota-parte da mais-valia embutida em seus salários e por isto podem praticar um estilo de vida burguês. É o caso também dos pequenos industriais e prestadores de serviços, que utilizam trabalho assalariado. É o caso, finalmente, dos camponeses ricos, que assalariam operários rurais, sobretudo daqueles cuja propriedade e demais meios de produção funcionam como elos de ligação com a sociedade capitalista. Estas camadas, cujo contingente totaliza 1.563.452 trabalhadores, 3,23% das "pessoas ocupadas", tendem a uma postura duplice na luta de classes, constituindo o terreno social onde o reformismo tem mais trânsito. A revolução social apenas será possível na medida em que o proletariado se transforme de "classe em si" em "classe para si" e construa sua hegemonia política sobre a pequena burguesia urbana e rural. Transforme-se de ser social concreto em sujeito da revolução social. Nesta perspectiva, o proletariado revolucionário terá que romper radicalmente com o corporativismo, dirigir-se a todas as classes e camadas populares e construir uma aliança de classes a partir de cinco tarefas fundamentais. A primeira delas é a transformação das classes e camadas potencialmente revolucionárias em forças motrizes da revolução social. A segunda é constituir, com o campesinato, a aliança principal do bloco revolucionário. A terceira é neutralizar as camadas superiores da pequena burguesia urbana e rural. A quarta é atrair para o bloco revolucionário a grande massa da intelectualidade incluindo intelectuais socialistas oriundos de famílias burguesas. E a quinta tarefa é fazer um corte de classe na sociedade, identificando como seus inimigos antagônicos a burguesia e o latifúndio, e desferir o centro do ataque estratégico contra a oligarquia financeira, o latifúndio e o Estado burguês coesionado pelo mecanismo único de dominação.

Na formação social brasileira, o bloco revolucionário apenas se formará tendo o proletariado não só como força dirigente mas também como principal força motriz. O seu contingente subia a 31.007.600 trabalhadores em 1983, totalizando 66,75% do bloco revolucionário. No interior desta enorme força social, destaca-se a importância da classe operária da indústria pesada de meios de produção, inclusive de extração de matérias-primas minerais. Esta camada do proletariado é numerosa e concentrada. Esta presente na grande indústria moderna, que pratica uma produção altamente socializada e tecnologicamente avançada, ocupando por isto mesmo o epicentro da acumulação capitalista, o lugar de fonte de criação e reposição do capital constante e o coração da economia nacional. Reúne, no mesmo processo de produção socializada, operários altamente qualificados e intelectualizados. E tem acumulado uma grande tradição de luta com base na experiência comum. Por tudo isto é a camada proletária que apresenta maior potencial para assimilar as ideias socialistas, jogar um papel avançado na luta de classes e se constituir no principal ponto de apoio da ditadura do proletariado e da construção do socialismo. Ocupa, portanto, uma posição estratégica central na revolução brasileira.

Ocupam ainda uma posição estratégica os trabalhadores em usinas hidroeétricas e comunicações, pelo controle sobre setores vitais para o capitalismo. Os trabalhadores em transportes, pelo papel decisivo na movimentação de grandes massas urbanas e na circulação de mercadorias. Os proletários rurais, pelo papel mediador na aliança operário-camponesa, pelo bloqueio a consolidação de uma base de massas da reação no

campo e pela ocupação de zonas onde o aparato policial-militar do Estado é mais debil. Os funcionários públicos, pela capacidade de obstruir a maquina burocrática do Estado burguês. E os bancários, pela capacidade de paralisar o sistema financeiro.

15. Pela dominância das tarefas ~~anti-capitalistas~~ pela natureza da aliança de classes e o papel do proletariado, pelo conteúdo do ataque estratégico e pelo conteúdo do Estado a que se propõe construir, a revolução brasileira tem um caráter socialista.

16. Definir a destruição do Estado burguês e a construção de um novo Estado como objetivo estratégico central implica em que a violência revolucionária deve ser tomada como uma forma decisiva de luta. A experiência histórica confirma, também aqui, a tese marxista de que a burguesia não vacila em recorrer a força armada sempre que a julga necessária a salvaguarda dos seus interesses de classe. A classe operária terá pois que se capacitar também nesse terreno, inclusive no domínio das técnicas modernas, habilitando-se a derrotar um aparato militar especializado e poderoso. E capacitar-se para exercer uma violência consequentemente revolucionária. Nas condições do Brasil, uma forma de violência que precisara contemplar os seguintes elementos: ter as grandes cidades como palco principal, tomar a greve política geral como um elemento preparatório e complementar decisivo e combinar-se com uma intervenção política e de massas suficientemente ampla para, inclusive, paralisar uma parte das tropas inimigas.

17. O emprego da violência nesses termos, decisivos e ofensivos, deve, portanto, ser condicionado a conformação de uma situação especial da luta de classes, de confronto aberto com a burguesia envolvendo grandes massas, isto é, a configuração de uma situação revolucionária. Entendida, nas condições do Brasil, não exatamente nos termos definidos por Lenin, em 1915, na obra A Falência da II Internacional. A luta da classe operária no Brasil se dá nas condições de uma dominação burguesa relativamente desenvolvida, portanto, qualitativamente distinta daquelas condições referidas por Lenin ("em 1905 na Rússia e em todas as épocas revolucionárias no Ocidente"). Mesmo não dispondo de uma sociedade civil articulada de tipo europeia ocidental, o Estado no Brasil alcançou a complexidade própria do capitalismo monopolista. Ao lado de um componente de força em que se inclui um aparato policial-militar poderoso, bem coesionado ideologicamente, dotado de uma indústria bélica relativamente desenvolvida e equipado com técnicas modernas de informação, de repressão e de guerra convencional, articula-se um sistema institucional sofisticado de hegemonia político-ideológica e cultural sobre as massas: um sistema educacional de massas, meios eletrônicos e outros de comunicação, capacidade de cooptação nas classes adversárias etc. Em outras palavras, uma sociedade civil desenvolvida, embora subordinada a sociedade política e ainda desarticulada, se comparada aos padrões europeus. Tais particularidades, como é natural, têm implicações decisivas sobre as leis de desenvolvimento da luta de classes. Essencialmente nos seguintes termos: a configuração de uma situação revolucionária no Brasil demandará não só um conjunto de condições objetivas mas a combinação destas com outro conjunto de condições subjetivas, estas referentes ao enfraquecimento da hegemonia político-ideológica da burguesia e à conquista da hegemonia política sobre as classes aliadas por parte da classe operária.

18. Dada essa realidade, deduzimos que a estratégia revolucionária no Brasil deverá compreender basicamente dois grandes momentos: um momento (fundamentalmente) de luta pela hegemonia política e outro (fundamentalmente) de exercício da força revolucionária. O primeiro, de acúmulo estratégico prolongado de forças, o segundo de ruptura estratégica mais ou menos rápida; o primeiro (fundamentalmente) de luta político-ideológica, o segundo (fundamentalmente) de luta armada; o primeiro estrategicamente defensivo, o segundo estrategicamente ofensivo; o primeiro de aproximação e acercamento às fortalezas do Estado burguês, através das trincheiras e casamatas da sociedade civil, o segundo de

ataque frontal às fortalezas do Estado. Em síntese, o primeiro de construção da Alternativa Operária e Popular, o segundo de destruição (do velho)-construção (do novo) Estado. Não haverá como prescindir nem de um nem do outro, pois devem ser entendidos numa relação dialética: o primeiro preparando e desdobrando-se necessariamente no segundo e o segundo sendo necessariamente precedido do primeiro. A praxis revolucionária da classe operária, para que possa implicar numa vitória decisiva, deve portanto abarcar a ambos, como totalidade.

19. A única via estratégica através da qual a classe operária poderá criar as condições subjetivas de uma situação revolucionária e preparar o terreno para um ataque frontal ao Estado é a via da luta pelo debilitamento da hegemonia político-ideológica burguesa e pela conquista da sua própria hegemonia política sobre as demais classes populares. Trata-se portanto de uma luta que pressupõe a existência do partido de vanguarda. Uma luta que visa minar a base social da dominação burguesa, deslocar as massas para o campo político do proletariado e criar o bloco das classes populares sob direção da classe operária. Nas condições específicas da sociedade brasileira, dada a estrutura de classe do capitalismo monopolista dependente, isto significará a concretização da Alternativa Operária e Popular. Esta entendida, simultaneamente, como força de combate ao Estado burguês, embrião da futura sociedade civil e germe da base social do novo Estado que a classe operária visa construir.

A luta pela hegemonia, devido ao seu próprio caráter, precisará ser travada em todos os campos da política e da ideologia, da cultura, da ética etc. A criação de uma força política popular organizada e dirigida pelo proletariado não será produto apenas de uma luta política em sentido estrito. Exigirá um enfrentamento específico no terreno dos valores de classe, visando debilitar os valores burgueses e fixar valores novos, proletários, na consciência da parcela mais avançada das massas. Só através desse combate multilateral é que as tarefas estritamente políticas poderão ser bem equacionadas.

Contudo, isso não deve contrariar a necessidade de que a centralidade da praxis revolucionária se localize na política. A política é o fio condutor que totaliza e direciona toda atividade revolucionária para um objetivo preciso. A instância que permite abordar as grandes massas e fazer convergir a sua ação para o ponto que concentra todos os ~~seus~~ interesses de classe - o poder de Estado. A questão de fazer política deve, pois, impregnar a prática de vanguarda em todas as suas esferas e dimensões. Daí a importância da questão do governo. De que a classe operária se destaque perante o povo como o adversário mais conseqüente da burguesia, representada no governo. Não só pela denúncia vigorosa das políticas burguesas como pela afirmação, em cada situação conjuntural, de um programa de governo capaz de credenciá-la perante os aliados reais e potenciais enquanto alternativa que se proce a governar. Somente por meio de uma intervenção que privilegie esse nível da disputa política é que a classe operária se capacitara para despertar a atenção das massas, credenciar-se perante elas e atraí-las.

De outra parte, através da política é que se poderá abordar a relação entre o movimento real do proletariado no sentido de se constituir como classe politicamente autônoma e a luta pela hegemonia. Não está dado por antecipação que esse movimento, nas suas expressões partidárias e sindical, evolui sempre, necessariamente, no sentido de se enquadrar nos limites - e em função - da hegemonia burguesa. A tragédia da classe operária europeia não é uma fatalidade histórica universal. Ocorreu na Europa que a ~~burguesia~~ saiu-se vitoriosa na batalha político-ideológica dentro da própria vanguarda do movimento operário. A particularidade dos partidos sociais-democratas e eurocomunistas consiste em que eles concretizam a ideologia e a política burguesas de forma mediada por um ponto de vista operário. Tais partidos são a expressão extrema do corporativismo, que consiste em reduzir os objetivos da classe operária à melhoria da sua própria situação sob o capitalismo. Em nome não do capitalismo, mas do "socialismo", entendido como a

realização plena desses interesses particulares, através da gestão do Estado burguês pelos partidos operários. O acatamento da democracia burguesa como um valor geral, acima das classes, sendo, portanto, uma decorrência "natural" dessa limitação corporativista. Desse modo os partidos sociais-democratas e eurocomunistas reproduzem a ideologia e a política burguesas afirmando a autonomia política formal do proletariado. Este, "simplesmente" por abdicar da revolução socialista, prostrou-se numa atitude passiva perante as demais classes. Ou, em outras palavras, abdicou também da luta pela hegemonia. ~~Pros- trou-se~~ Pros- trou-se nos limites da hegemonia burguesa, reproduzindo-a e ampliando-a através dos seus próprios partidos e organizações sindicais. Esse resultado, no entanto, não decorreu diretamente do processo de autonomização política do proletariado, por força do desenvolvimento da aristocracia operária. Ao contrário, foi o subproduto de uma derrota político-ideológica do marxismo no interior do movimento operário, de um processo que se verificou no plano da luta de classes. Por isso mesmo é que um partido revolucionário, empenhado na construção do partido de vanguarda, não pode adotar uma atitude negativa em face do movimento objetivo da classe operária no sentido de se constituir como uma classe politicamente autônoma. Este movimento objetivo, ao contrário, deve ser visto como um momento historicamente necessário no processo de luta pela constituição do proletariado em classe dirigente e do proletariado e seus aliados em classes revolucionárias. A um partido revolucionário digno do título cabe apoiar-se nas condições mais favoráveis dadas pela revolução política objetiva das massas ~~comunistas~~ e transformar essa evolução num salto qualitativo representado pela estruturação do sistema organizativo estratégico da revolução, em particular do partido de vanguarda. O contrário seria incorrer numa conduta a-histórica e a-política. No Brasil, o início desse processo de autonomização política, com repercussões sobre o campesinato e a pequena burguesia urbana, coincidiu com a crise da ditadura militar e, dado que recente, guarda ainda uma margem razoável de indefinição político-ideológica, especialmente na base militante. Desde então está posto que o seu desenvolvimento de modo a que se integre ou não no sistema político-organizativo estratégico da revolução é uma questão que se resolverá no plano da disputa político-ideológica em torno dos seus rumos, da sua direção. Esta disputa, no que diz respeito ao movimento sindical, localiza-se centralmente no problema da relação entre luta sindical e luta política. Aos sindicatos, dentro de uma ótica revolucionária, cabe, por excelência, o papel de desenvolver a consciência política das grandes massas, constituindo-se numa escola de formação política de milhões de trabalhadores. Para o que precisam colocar em primeiro plano a luta política contra a classe dos capitalistas e o governo, abordando a partir daí a luta econômica, e não se circunscrever à exigência de melhorias materiais imediatas para os seus representados. Tendo por tanto como critério de vitória não o índice de aumento salarial eventualmente alcançado, ou coisa parecida, mas a medida em que o nível de consciência de classe e de organização das massas se elevou. E precisam, ainda, libertados da tutela estatal, derrotar a política da burguesia orientada para a divisão do proletariado e para o atrelamento dos sindicatos a partidos burgueses através do pluralismo sindical. Já no que diz respeito ao partido de massas, a disputa se situa centralmente nas questões relativas à natureza do seu programa e à sua relação com os movimentos de massas. Mas precisamente, à sua definição como um partido apenas da luta eleitoral e parlamentar e que se limite a reivindicar aquilo que o senso comum do movimento espontâneo sugere ou como um partido de luta de massas e que coloque como objetivo um programa político de conteúdo socialista, revolucionário. Esta segunda alternativa é, evidentemente, a única pela qual um partido de massas pode salvar-se historicamente. Somente nessa medida - na medida em que assumirem uma posição política anti-burguesa - e que um partido de massas e uma central sindical que expressem o movimento real do proletariado no sentido de se constituir como classe politicamente autônoma poderão desenvolver-se numa direção não-corporativista; poderão cumprir

o papel fundamental de incorporar as grandes massas operárias e populares na luta política segundo um ponto de vista antiburguês; poderão, em fim, desempenhar uma função ativa na luta do proletariado pela hegemonia política, integrando o sistema organizativo estratégico da revolução.

A luta pela hegemonia é também uma luta pela organização. A relação dirigente da classe operária com as demais classes populares só alcançará o estatuto de Alternativa Operária e Popular na medida em que adquirir organicidade e dotar-se de uma base material. A luta de classes é um choque de forças materiais, e não de sistemas de ideias, de vontades ou de massas que não se estruturam. Construir a revolução no momento estratégico da luta pela hegemonia é organizar na luta e para a luta o partido de vanguarda da classe operária; organizar as grandes massas e os elementos avançados; organizar meios de comunicação, centros de pesquisa e formação, instituições artísticas, culturais, de propaganda etc. É criar, em todas as esferas e domínios da praxis revolucionária, estruturas legais e ilegais, corretamente articuladas, sem que a atividade se esterilizará. A legalidade e a ilegalidade impondom-se como indispensáveis porque só assim uma vanguarda será capaz de alcançar grandes massas e de resistir aos ataques do inimigo. Trata-se, pois, de desenvolver um sistema articulado e complexo de instituições - um embrião da futura sociedade civil -, tão complexo e articulado quanto seja possível no interior da sociedade burguesa. É claro que a classe operária precisa aprimorar a capacidade para explorar com eficácia todas as possibilidades que as instituições da burguesia - do parlamento à televisão - lhe oferecem, com o objetivo de reproduzir amplamente suas ideias e posições. Mas tais instituições devem ser tomadas apenas como meios auxiliares. Os meios principais precisarão ser aqueles que ela própria (e seus aliados) desenvolver e controlar. Meios para cuja construção cabe-lhe dedicar todas as energias e recursos ao seu alcance.

Temos assim que o sistema organizativo da Alternativa Operária e Popular deverá combinar, em síntese, os seguintes elementos: o partido de vanguarda do proletariado, necessariamente clandestino, ao qual caberá, como organização dirigente, encabeçar todas as demais; um partido de massas capaz de agrupar com base num programa revolucionário as massas operárias e populares; as organizações representativas, especialmente as sindicais, constituídas como uma escola de formação política de massas de milhões de trabalhadores; e um sistema de instituições culturais e artísticas, formador e reproduzidor das ideias e valores revolucionários, em parte vinculadas diretamente ao partido de vanguarda, em parte às organizações de massas por ele dirigidas.

Falar em luta pela hegemonia, para ser conseqüente, implica em destacar a importância estratégica da intelectualidade. Nas condições do Brasil, isso significa destacar o papel de milhões de indivíduos, homens e mulheres, formados pela burguesia e colocados a seu serviço, na economia, nos aparatos estritos do Estado e na sociedade civil. A intelectualidade entendida, portanto, como massa, e não como uma elite. E, nessa condição, em sua maioria, como integrante potencial do bloco revolucionário. Isso devido, antes de tudo, a própria situação de classe - proletária, semiproletária e pequeno-burguesa (camada inferior) - dessa maioria. Mas também por conta da capacidade que o proletariado tem demonstrado historicamente de atrair para o seu campo intelectuais das classes adversárias que, como indivíduos, aderem a perspectiva revolucionária. A luta pela hegemonia tem, assim, no deslocamento de uma parcela significativa dessa massa dos intelectuais para a política e a ideologia do proletariado um elemento-chave. Um deslocamento em larga escala, que envolve todas as suas camadas: a grande massa da intelectualidade subalterna, o segmento intermediário, menos numeroso e mais qualificado, e um círculo reduzido de grandes intelectuais. Essa amplitude reforça o papel catalizador central da política. Mas, justamente por se tratar de uma luta pela hegemonia no âmbito da intelectualidade, evidencia o "lugar" estratégico do enfrentamento nos terrenos da ideo-

logia e da cultura. Não só como condição para que as diferenciações políticas de sentido antiburguês adquiram consistência, mas até mesmo para que alcancem a amplitude desejada, tendo em conta a gama variada de influências e preocupações, não apenas políticas, que envolvem a grande massa dos intelectuais. Tudo isso é pressuposto para a construção do sistema organizativo estratégico da revolução, a começar pelo partido de vanguarda do proletariado. Afinal, a organização da hegemonia é função por excelência dos intelectuais.

A correlação de forças no plano ideológico é bastante desfavorável à classe operária. Há a sofisticação e o largo alcance das instituições de hegemonia da burguesia. Mas há também o fato de que o inimigo de classe opera com problemas reais. O que aparece para as massas mundialmente como expressão suprema do socialismo ainda é o capitalismo burocrático que teima em se apresentar como comunista. Com todas as suas mazelas, repressões aos operários, invasões a países etc. Não por acaso a humanidade vive uma crise de carência de perspectivas. O socialismo deixou de representar uma esperança pela qual valha a pena o sacrifício, inclusive extremo. Ao contrário, representa o mal exemplo que a burguesia cotidiana e sistematicamente explora para combater não, principalmente, aqueles que falam em seu nome, mas a verdadeira revolução socialista. Impera nas massas, a esse respeito, o ceticismo e a confusão. Não resta outra alternativa senão abrir um caminho novo que recupere o espírito crítico e revolucionário do marxismo, o desenvolva como teoria e reencontre o instinto de classe do proletariado. Assim, e somente assim, a esperança poderá revigorar-se, a confusão ser desfeita, a hegemonia burguesa combatida e ser fortalecida uma nova hegemonia.

20. A revolução brasileira, tal como aqui concebida, será parte integrante da revolução socialista mundial. Portanto, desde logo a luta da classe operária no Brasil pode ter os seus inimigos e aliados estratégicos bem definidos no plano internacional. São certamente seus aliados o proletariado dos países capitalistas e os povos dos países dependentes; e seus inimigos, as burguesias dos países capitalistas e as classes dominantes, burguesas ou pré-burguesas, dos países dependentes. O avanço estratégico da revolução exigirá e incluirá o desenvolvimento simultâneo de uma relação ativa e orgânica com todos os seus aliados internacionais. No que diz respeito às organizações de vanguarda da classe operária, visando principalmente reorganizar o movimento comunista mundial e contribuir para a retomada da revolução socialista; e no que se refere às organizações populares e de libertação nacional dos países dependentes, objetivando o apoio político mútuo. Nas atuais condições do mundo, em que inexiste uma base de apoio estratégico da revolução proletária, a revolução brasileira carece de uma retaguarda internacional sólida. Isso, que não afeta apenas ao Brasil, faz transparecer a importância da retomada do internacionalismo proletário. E, ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de uma linha política internacional destacar a centralidade do combate ao imperialismo norte-americano. O contrário significaria enfraquecer a luta contra este inimigo principal da classe operária e dos povos e facilitar ainda mais o isolamento externo do movimento revolucionário interno.